

CAPÍTULO 9

O fim da época colonial nas Índias
Orientais espanholas

Nos últimos cinquenta ou sessenta anos do período colonial na América espanhola, as tendências dinâmicas descritas no capítulo 5 já estavam em funcionamento há tanto tempo que haviam provocado transformações que alteraram a natureza de todo o sistema, dando-lhe maior autonomia e tornando inoperante a hierarquia étnica original. A América espanhola, assim, aproximava-se espontaneamente do fim de um primeiro grande ciclo colonial. Mas por causa de mudanças na Europa, estas tendências não puderam manifestar-se sem sofrer perturbações. Em vez disso, novas técnicas, exigências e idéias vindas da Espanha dos Bourbons e, em última instância, do norte da Europa, atingiram o Novo Mundo com impacto maior do que qualquer outra coisa desde a conquista. Fatores externos apressaram alguns acontecimentos, retardaram ou reverteram outros e viraram quase de cabeça para baixo o equilíbrio regional. Elementos externos tornaram-se parte do tecido das Índias Ocidentais de tal forma que, embora desejável para a clareza da compreensão, é impossível falar muito da evolução interna sem considerar a influência externa. E o aspecto externo também não está livre de influência do aspecto interno; muitas das reformas imperiais dos Bourbons são reações diretas à situação nas Índias.

Assim, nosso procedimento neste capítulo será passar gradualmente do mais interno para o mais externo, parando várias vezes para observar reações e inter-relacionamentos. Só depois de se obter uma compreensão preliminar de todos os diferentes fatores e de como se entrelaçaram é possível começar a entender a situação geral e sua dialética.

SOCIEDADE: ELABORAÇÃO, FUSÃO E CRESCIMENTO

O processo social mais universal que afetou as Índias Ocidentais foi a mistura dos grupos culturais e biológicos que a constituíam, o que ocorreu de acordo com um ritmo interno sem relação com mudanças nas técnicas, idéias ou políti-

cas, onde quer que se tenham originado. Como a hierarquia étnica do período colonial intermediário reconhecia a mistura e permitia que se considerassem atributos culturais na determinação das categorias, o esquema estava condenado desde o princípio a extinguir-se em seu devido tempo. No final do século XVIII, em várias áreas, esta hora chegou, e o sistema entrou em crise — não necessariamente uma verdadeira crise generalizada de organização social, mas, pelo menos, na forma de rotular e classificar os membros da sociedade. Com o aumento do número de indivíduos dos grupos mestiços — mamelucos e mulatos — e com o decorrer do tempo desde que começaram a existir, a gama de pessoas dentro destas categorias se ampliou, e os contemporâneos começaram a discernir subtipos. O processo original repetiu-se; categorias novas e mais aperfeiçoadas obtiveram alguma aceitação. Por exemplo, onde antes o termo “mulato” designava todas as pessoas mestiças de ascendência africana, o período final viu a introdução da categoria “zambo” para pessoas que eram metade índias, metade africanas, deixando o termo “mulato” mais especificamente para os que eram de ascendência espanhola e africana. Surgiram termos especiais para distinções mais sutis ao longo da linha contínua hispano-africana; a palavra “pardo” era usada para a extremidade mais espanhola da escala. Mas no momento em que mencionamos esta proliferação de categorias, devemos nos apressar em dizer que seu uso era extremamente variado e limitado; nunca alcançaram o *status* do conjunto original. As cinco categorias da hierarquia étnica do período maduro e os estereótipos que representavam eram os mesmos em toda a América espanhola, e tinham conseqüências legais, já que eram usadas no censo e na tributação. As categorias posteriores não tinham esse *status*; embora algumas delas possam às vezes aparecer em registros de batismo, raramente são encontradas em sumários de censos ou no cálculo de tributos, nem os indivíduos são assim denominados em documentos de cartórios ou em outros textos legais. A terminologia e a época de introdução de cada um dos termos variaram muito de um país para outro. Se “pardo” significava, em muitos lugares, a extremidade superior do grande grupo dos mulatos, em outros podia significar o oposto, e na costa caribenha da América do Sul tornou-se a categoria geral do grande grupo populacional de ascendência mista africana e espanhola, muitos, sem dúvida, com algum antecedente índio também, de modo que ali substituiu “mulato” como designação censitária. “Zambo” também variava muito de significado de lugar para lugar. Alguns dos termos dão a impressão de apelidos inventados em jogos de salão ou em conversas fiadas. *Tente en el aire* (literalmente, “suspenso no ar”) é um termo que supostamente refere-se a pessoas de genealogia muito comple-

xa, que fica entre categorias já muito refinadas, enquanto *salta atrás* descreveria, uma pessoa cuja linhagem se aproximara da categoria espanhola até perder terreno na geração imediatamente anterior pelo casamento com alguém de visível mestiçagem africana.

Se não havia unanimidade na proliferação de categorias, era ainda mais problemático decidir que indivíduo se encaixava em que categoria. Os termos étnicos do final do período colonial eram genealógicos, pelo menos na superfície, e exigiam o conhecimento preciso dos ancestrais de ambos os lados de um indivíduo por, pelo menos, duas gerações, se não mais, em alguns casos. Mas, entre a gente pobre a ser classificada, predominavam, em nível bastante alto, os nascimentos ilegítimos, a ocultação do parentesco, a falta de sobrenomes bem definidos e outros fatores que tornavam impossível a elaboração de árvores genealógicas como aquelas de que se orgulhavam as pessoas importantes. O uso popular parece ter classificado os indivíduos em categorias de acordo, principalmente, com sua aparência e modo de agir.

Outra possibilidade, nos costumes do fim do período colonial, era alguém mudar sua categoria nominal para adaptar-se à mudança de condição socioeconômica. É difícil identificar esta fluidez nos registros, mas em Valparaíso, no Chile, entre 1777 e 1778, cerca da metade dos chefes de família que aparecem nos censos mudaram sua designação étnica pelo menos uma vez. A troca de rótulos pode ter sido apressada por um decreto real de 1776, que tornou os casamentos entre categorias passíveis de contestação pelos pais do casal. A troca de categoria de um dos noivos tornaria o casamento inquestionável; assim, embora a taxa de exogamia pareça bastante alta nos registros do final do período colonial, na verdade era, sem dúvida alguma, mais alta ainda. Apesar das trocas em massa, a definição das categorias continuou a ser importante tanto para as autoridades quanto para os indivíduos envolvidos, e estes últimos, na hora de portar determinado rótulo, em geral exibiam realmente o comportamento e o *status* social coerentes com o estereótipo daquela categoria.

Mas, em muitos casos, a hierarquia étnica se tornara impraticável, de modo que, por mais que os contemporâneos tenham comentado a respeito dela ou falado de suas complexidades a estrangeiros espantados (a maior parte das descrições rigorosas que temos do esquema do fim do período colonial vem de viajantes estrangeiros), deram a ela menos atenção. Em vez disso, voltaram à simplicidade e passaram a tratar todos os tipos intermediários como um só, sob o título “castas”, palavra já usada em meados do período colonial e que agora se tornava a forma predominante de designar a totalidade dos que não eram con-

siderados nem espanhóis nem índios. No nível individual, a simples falta de rótulo foi uma solução cada vez mais popular.

Algo análogo acontecia com algumas distinções de título que haviam sido tão importantes no período colonial inicial e intermediário. Na época da conquista, "don" era um título raro e altissonante, restrito a algumas pessoas intimamente ligadas à alta nobreza da Espanha. Nas áreas centrais, estendeu-se, na segunda e na terceira gerações, às famílias de encomenderos e, em meados do século XVII, era usado pela maioria dos profissionais liberais ou pelas pessoas que se destacavam de alguma outra maneira fosse pela riqueza, pelas ligações familiares ou pelo cargo. Até mesmo muitos mercadores eram "don", embora os que vinham diretamente da Espanha não usassem o título, já que o uso na Península evoluiu num ritmo um pouco diferente. Durante todo este período, "don" e seu equivalente feminino, "doña", foram usados com grande coerência, exceto em casos especiais. Em geral, alguém era "don" ou não, do nascimento até a morte, e assim era chamado em todas as ocasiões concebíveis, na fala e na escrita. No período final, o "don" disseminou-se tanto que praticamente qualquer hispânico de boa posição, um mestre-artesão, por exemplo, o recebia. Mesmo assim, ainda era usado com bastante coerência, e havia pessoas sem ele na extremidade inferior do mundo espanhol, mas não correspondia mais a distinções básicas na sociedade. Como consequência, significava menos; não era mais usado em assinaturas, uma verdadeira revolução estilística. Poderia também ser adquirido, sob certas condições, com uma simples elevação de *status*. Enquanto no caso dos hispano-americanos do século XVI e XVII perdemos muito quando não reproduzimos hoje seus nomes com ou sem "don", exatamente como apareciam quando eram vivos, não erramos ao ignorar o título quando este hoje se refere a pessoas que viveram depois de 1750 ou 1760. No entanto, a cronologia desta evolução só se aplica às áreas principais da América espanhola; quanto mais distante era uma região, mais lentamente mudou seu uso de "don", e no norte da Califórnia, por exemplo, até mesmo às vésperas da independência poucos hispânicos locais eram chamados de "don".

Assim como o período final tentou, em última instância sem sucesso, definir de modo mais preciso os grupamentos étnicos, nele se viu também a tentativa dos espanhóis, como grupo corporativo, de criar mais restrições à ascensão de indivíduos de outros grupos a funções mais elevadas, contra o movimento irreversível que ganhava forte ímpeto numa época em que o número de mestiços crescera tanto e que sua cultura, no decorrer de gerações, tornara-se tão hispânica. Podem ter surgido leis para impedir que pessoas com ascendência

parcialmente africana freqüentassem a universidade, mas essas leis não puderam impedir que a Medicina, o nível mais baixo dos três campos profissionais (atrás da Teologia e do Direito), fosse consideravelmente infiltrada por mulattos. As restrições nas guildas de artesãos também ficaram mais rigorosas, e ainda assim os ofícios eram domínio próprio das castas. Havia muitas formas de contornar as restrições, das quais a mais irrefutável era a aceitação pública de um indivíduo na categoria de espanhol apesar de vários tipos de mestiçagem em sua genealogia. Por mais que seja impossível quantificar, os que trabalharam mais intimamente com os registros da sociedade do período colonial final se convenceram de que uma proporção bem grande dos espanhóis de classe inferior eram, em termos puramente biológicos, mamelucos ou outros mestiços.

Por mais confusas que pareçam as tendências sociais do período colonial final, elas brotaram naturalmente do que veio antes e obedecem a uma dialética simples. A mestiçagem contínua trouxe o contínuo reconhecimento, até que, finalmente, ficou impossível manejar a complexidade e houve uma volta à simplicidade. A fusão contínua provocou a tentativa de restaurar a situação anterior por meio de restrições legais. Por trás disto tudo estava o fato de que a maciça mistura cultural e biológica modificou o quadro étnico original. As pessoas de herança mestiça, depois de terem sido auxiliares secundários num quadro dominado pelos grupos étnicos primários, se expandiram muito; em alguns lugares, passaram a ser maioria ou estavam a ponto de passar. Não só suplantaram os negros nos papéis intermediários — muito antes da independência, a importação de novos escravos africanos havia quase cessado em muitas das regiões mais antigas da América espanhola — como também, já que agora eram numerosos demais para ocupar suas funções tradicionais, transbordaram em todas as direções, pressionando, de um lado, o grupo espanhol com aspirações a postos mais elevados e, de outro, assumindo funções que, tradicionalmente, eram domínio dos índios. É significativo que as grandes perdas demográficas da primeira parte do período colonial tenha afetado principalmente os índios, enquanto a recuperação do período colonial final ocorreu com base em uma população já muito misturada e que se tornava cada vez mais mestiça a passos rápidos (ver Figura 18).

Assim, as novas tendências básicas relacionavam-se às faixas médias do espectro social, mas houve também uma evolução digna de nota na faixa superior. Durante o período colonial, "espanhol" fora uma única categoria, na lei e na fala cotidiana, que se referia ao grupamento essencialmente unitário dos que pertenciam à etnia espanhola, quer nascidos na Espanha ou no Novo Mundo.

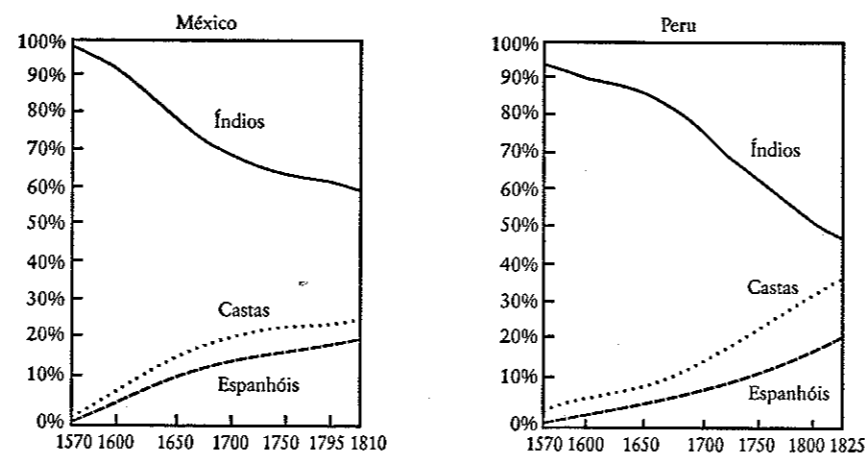


Figura 18. Mudança da proporção entre categorias étnicas durante o período colonial no México e no Peru. (Fontes: [México] Gonzalo Aguirre Beltrán, *La población negra de México* [México, 1972], pp. 197-241. [Peru] Noble David Cook, "La población indígena en el Perú colonial", *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas* [Rosário, Argentina] 8 [1965]: 97, ligeiramente adaptado em vista de J. R. Fisher, *Government and Society in Colonial Peru* [Londres, 1970] [ver Tabela 5, neste livro].)

Sem considerar rivalidades em nível pessoal que possam ter existido entre os nascidos no local e os que vinham de fora, os dois estavam tão intimamente inter-relacionados por sangue, casamento ou função que formavam um único setor e tinham a mesma designação. Até aqui, sempre que dissemos "espanhol" estávamos nos referindo ao grupo todo. E, na verdade, os dois elementos continuaram, em muitos aspectos, a ser um só até o finalzinho da época colonial. Mas uma nova distinção e um subgrupo se desenvolveram, paralelos, de certa maneira, às categorias mais estritas dos elementos mestiços. Não só as faixas inferiores dos espanhóis locais já eram, nesta época, visivelmente mestiças em termos biológicos, como todos eles, inclusive as faixas superiores, já estavam bastante adaptados ao local, na cultura, na fala e no modo de pensar. Os recém-chegados da Espanha destacavam-se ainda mais deles, até porque a Europa estava mudando rapidamente. Como consequência, o uso oral passou a separar os recém-chegados dos nascidos no local; a distinção tinha poucas consequências puramente legais, mas começou a aparecer em muitos censos do final do período colonial. Os dois tipos ainda eram espanhóis; os nascidos no local, como grande maioria e ponto de referência, eram *españoles*, pura e simplesmente, e os imigrantes eram "espanhóis europeus" ou "espanhóis peninsulares", termos

quase sempre reduzidos para "europeus" e "peninsulares". Então, finalmente, nos últimos anos do período colonial, passou a existir uma distinção pública correspondente à que, hoje, a mente popular costuma conceber entre "crioulos" e "peninsulares" e, erradamente, estende para todos os três séculos coloniais. Não é coincidência que o termo básico para os nascidos no local em suas vidas cotidianas fosse "espanhol" e não "crioulo", termo que, mesmo nessa época recente, continuava a ter conotação pejorativa derivada de seu uso original como designação de escravos negros. Como já começara a ocorrer no período colonial intermediário, podia ser aplicado a pessoas de qualquer origem étnica nascidas no local, e ainda era usado com mais freqüência junto com a especificação da terra natal (ou seja, *criollo de Michoacán*, "nascido e criado em Michoacán", o que podia ser dito tanto de um índio, mameluco ou mulato quanto de um espanhol). Às vezes os nascidos na América passaram a virar a palavra ao contrário (o mesmo processo que ocorreu com o termo norte-americano "yankee") e aplicá-la coletivamente a si mesmos no contexto da propaganda política, ou em alguma rara ocasião um indivíduo pobre das províncias era chamado de *español criollo*, mas ainda assim os indivíduos não se diziam "crioulos" em suas atividades cotidianas, nem a palavra é encontrada em documentos legais, censos, registros de batismo e casamento e coisas semelhantes. Apesar de tudo, nós, hoje, precisamos de uma palavra para designar os espanhóis nascidos na América, os "españoles" daquela época, de modo que continuaremos a usar "crioulo", na esperança de que o leitor tenha consciência de que isto é, em parte, um anacronismo.

Quanto aos índios, não se sabe de nenhuma nova subcategoria, e em muitos aspectos a trajetória deste grupo contrasta com a de todos os outros. Na verdade, percebeu-se isto na época e há resumos de censos de regiões muito dispersas que listam os índios numa coluna e todas as outras categorias numa coluna diferente. Entre os índios sedentários das antigas áreas centrais, o conceito "índio" pode ter estado mais próximo da aceitação do que em qualquer outro período do passado, já que muitos eram bilíngües e os séculos coloniais haviam desgastado um pouco as microetnias, trazendo certa consciência de um vínculo étnico comum mais amplo em relação aos hispânicos e hispanizados. Mas isso não quer dizer que a categoria não apresentava problemas. Nas cidades, em áreas como o norte do México, onde a maior parte da população era transplantada, e em locais como o centro do Chile, onde a população indígena, relativamente pequena, havia sido levada ao constante contato direto com os hispânicos, havia muitos "índios" que falavam espanhol, compreendiam os costumes e as habi-

lidades hispânicos, estavam afastados da cultura e das corporações indígenas e, em muitos aspectos, eram indistinguíveis das castas. Estas pessoas se irritavam com as obrigações tributárias e muitas outras coisas decorrentes da condição de índio. Nas últimas décadas do período colonial, em algumas áreas fora das zonas de povoamento indígena sedentário, os índios hispanizados casaram-se com não-índios com tanta freqüência que a categoria como tal caminhava para a obsolescência local. Onde quer que os índios aculturados formassem um bloco considerável da população, tinham o potencial de tornar-se elemento volátil, pois haviam superado as conotações da categoria na qual tinham nascido.

CONSOLIDAÇÃO CRIOLA E REAÇÃO DA METRÓPOLE

Em capítulo anterior vimos como, durante o período colonial maduro, os espanhóis nascidos na América foram aos poucos assumindo um número cada vez maior de funções na economia, na igreja, no governo e na vida intelectual das Índias Ocidentais. Isto aconteceu gradualmente, não como uma tentativa seminacionalista de substituir os nascidos no estrangeiro, mas como parte do amadurecimento da sociedade local. Até certo ponto foi consequência do fato de que, embora muitos séculos de tradição pudessem ter conferido aos espanhóis peninsulares um preparo mais sólido do que os americanos das províncias em vários tipos de atividade especializada, poucos e preciosos peninsulares se dispunham a ir tão longe e viver com tão pouco, a menos que não tivessem alternativa. No último terço do século XVIII, o processo chegara talvez a um clímax, pelo menos nas regiões consolidadas há mais tempo. Só os papéis e cargos nitidamente internacionais, que envolviam vínculos transatlânticos, ainda estavam principalmente em mãos de peninsulares; os nascidos na América predominavam em todo o resto.

Vamos examinar a situação por um momento. As famílias e indivíduos "crioulos" possuíam a maioria das propriedades rurais e outras unidades produtivas em funcionamento na economia hispânica regional e inter-regional. Forneciam quase todos os padres das paróquias, a maioria dos membros dos cabidos das catedrais e uma maioria igualmente expressiva nas ordens mendicantes. Como secretários e pequenos administradores, dominavam os escalões inferiores do governo imperial, sem falar dos cabildos, que havia muito tempo eram, principalmente, deles. Os últimos vice-reis coloniais trouxeram em seu séquito muito menos gente do que seus antecessores do período inicial, dando novamente mais

espaço aos locais. E não foi somente nos níveis inferiores do governo que os crioulos tiveram progresso; no terceiro quarto do século XVIII eram maioria esmagadora nas Audiências de Lima e da Cidade do México, sendo que a Audiência, em todos os aspectos, foi o órgão mais importante do governo durante todo o período maduro, enquanto a posição especial das altas cortes nas capitais de vice-reinos não precisa ser destacada. Outras Audiências em toda a América espanhola também apresentaram maioria crioula. Em várias épocas quando foi criada uma força militar séria, bem perto da época de que falamos, os crioulos forneceram-lhe oficiais e chegaram a se introduzir nos destacamentos do exército regular estacionados em várias regiões das Índias Ocidentais.

E a lista de conquistas crioulas não era mera miscelânea de avanços. Em todas as áreas havia famílias crioulas dominantes, algumas delas com sobrenomes que vinham da conquista, que, por meio de ampla estratégia que englobava todos os seus membros e as várias fontes de renda, tentaram criar grandes complexos unificados envolvendo todos os aspectos da vida econômica e institucional (objetivo nada novo, naturalmente, mas algo que os mais influentes vinham buscando e conseguindo em graus diferentes desde a época dos *encomenderos*). As redes mais desenvolvidas e conhecidas são as sediadas em Lima e na Cidade do México. Por meio da cuidadosa distribuição de papéis entre seus membros, da manipulação de casamentos e heranças e do uso de estímulos econômicos, uma grande família podia esperar ter um membro mais velho à frente da grande *hacienda* ou coleção de *haciendas*, outro na Audiência, um no cabido da catedral, um nas forças armadas, e assim por diante, com as mulheres casadas com homens de famílias semelhantes aliadas, envolvidas com outros cargos ou negócios complementares. Quase sempre uma dessas famílias bem-sucedidas comprava um título de alta nobreza, de marquês ou coisa parecida, e criava uma ordem de sucessão para evitar que os bens da família se dispersassem. Embora houvesse algumas famílias extremamente poderosas com todas as características essenciais de sucesso que, por qualquer motivo, não buscaram este último reconhecimento externo, a concessão de títulos de alta nobreza aumentou de forma evidente no período final. As grandes famílias não viviam em perfeita harmonia entre si; ao contrário, freqüentemente havia disputas entre facções, e até mesmo dentro da mesma família, que se desenrolavam numa vasta arena que se estendia por todas as instituições locais e todos os setores da economia. Mas estas famílias formavam um grupo intimamente relacionado pelo casamento (ligações que muitas vezes se alastravam por países inteiros) e tinham, em grande medida, os mesmos interesses e modos de pensar.

Os vice-reis ainda eram peninsulares; também o eram, em geral, os arcebispos, e mesmo com a marca crioula nas grandes Audiências, pelo menos alguns dos juizes vinham sempre da Espanha. Mas eles mal conseguiam dominar o mar crioulo onde estavam mergulhados. Os funcionários sempre formavam vínculos sociais e econômicos locais, ainda mais agora, quando a sociedade local estava tão desenvolvida. Cada vez menos funcionários vindos da Espanha acabavam voltando, bem menos do que antes; os juizes das Audiências raramente retornavam, religiosos da alta hierarquia quase nunca (embora esta tendência tenha sido parcialmente revertida no finalzinho do período colonial). Aos olhos do governo metropolitano, havia pouca diferença entre um juiz crioulo e um que fosse *radicado* (enraizado ou estabelecido), ligado por matrimônio às mesmas famílias que acabamos de mencionar e com interesses econômicos semelhantes. E embora os vice-reis ainda cumprissem mandatos limitados antes de serem transferidos, alguns dos funcionários enviados para fiscalizar suas atividades alegavam que mal um vice-rei chegava aos limites de sua capital, ele recebia tantos presentes, lisonjas e promessas de aliança que imediatamente se tornava um dos locais. Em sua corte e entre seus conselheiros, as mesmas famílias importantes também se destacavam.

Além da alta cúpula da burocracia imperial, o principal setor no qual os crioulos fizeram menos progressos foi, naturalmente, a economia internacional, em especial o comércio de exportação e importação. Como durante todo o período da conquista e o período colonial maduro, os peninsulares ocuparam principalmente os níveis superiores das maiores firmas comerciais. Como foi possível este domínio peninsular contínuo do comércio? Com certeza, pode-se pensar, os filhos crioulos do grande mercador herdariam o negócio. Ainda não conhecemos todas as razões pelas quais isto não aconteceu, mas alguns aspectos do processo são bastante claros. Embora os grandes mercadores ainda fossem nascidos na Espanha, estavam sediados na América e ligados permanentemente à sociedade local. À medida que eles foram criando raízes no local e ficou ainda mais óbvio que o comércio internacional era o maior produtor seguro de dinheiro nas Índias Ocidentais, sua posição social local subiu até que, no final do período colonial, era realmente altíssima. Estavam presentes nas funções mais aristocráticas, faziam freqüentes alianças matrimoniais com as grandes famílias locais e alguns dos mais ricos compravam títulos de alta nobreza, mesmo continuando no comércio. Havia condes que eram membros do Consulado da Cidade do México. Ao mesmo tempo, estas famílias tinham uma tendência, também encontrada na Europa, na Inglaterra e na América do Norte, a se afastarem do

envolvimento direto e exclusivo com o comércio depois de uma ou duas gerações, em troca de profissões liberais, propriedade de terras e mais ênfase na nobreza. Quase todo grande mercador, durante sua carreira, compraria uma *hacienda* ou um conjunto delas, em parte para melhorar suas condições de crédito e diversificar atividades, em parte para ter algo duradouro para deixar a seus herdeiros, já que o comércio em grande escala era tão arriscado quanto lucrativo.

O grande mercador chegava já adulto, embora jovem, às Índias Ocidentais, provavelmente para juntar-se a um parente ou conterrâneo já estabelecido, e se casaria, no máximo, depois de alguns anos, assim que ele mesmo se estabelecesse. Quando morria, seu filho crioulo ainda seria novo demais para administrar uma grande firma comercial. Este filho provavelmente herdaria as terras e o título de nobreza, caso existisse, e se casaria com alguém de outra grande família local. Com a típica divisão hispânica da herança, a filha do mercador receberia uma boa parte da renda comercial como seu quinhão. A figura-chave era o sobrinho peninsular do mercador. Já a caminho do sucesso, o mercador mandava buscar em sua cidade natal na Espanha algum parente jovem e sem compromissos que pudesse ajudá-lo nos negócios e que seria iniciado em todos os seus segredos (na verdade, ele quase sempre mandava buscar vários parentes, dos quais só um seria aproveitado). Com a morte do mercador, a administração do negócio passava para o sobrinho, que provavelmente, a esta altura, já era um sócio importante. Este sobrinho também poderia muito bem casar-se com a filha crioula do mercador, sua própria prima, e ficar com a parte do leão do ramo comercial da herança. Este padrão de sucessão, bastante comum entre todos os imigrantes espanhóis, tornou-se uma convenção social entre mercadores importantes. (É claro que não precisava nem podia ser praticado com esta pureza arquetípica; qualquer jovem conterrâneo servia; o rapaz poderia desposar a filha de um mercador aliado em vez da própria prima, etc.) No México, as mesmas cidadezinhas do norte de Castela forneceram, geração após geração, parentes jovens a mercadores sediados na Cidade do México; houve firmas que adotaram este tipo de sucessão durante cem anos. Neste caso, os peninsulares não precisavam começar do nada e crescer apenas com seu próprio trabalho. Em vez disso, ingressavam no sistema local com vantagens de parentesco, origem regional comum e mesmo a idade, em comparação com os herdeiros nascidos na América.

Desta forma, o setor do comércio internacional podia ser dominado por peninsulares e ainda assim fazer parte da sociedade local, já que os mercadores nela criavam raízes pela residência permanente, pela propriedade de terras, a

conquista de honras e cargos locais e, acima de tudo, pela fusão constante, através do casamento, com a alta classe crioula. Na perspectiva local, toda grande família tinha comerciantes que eram parentes por afinidade, em certo sentido seus satélites, que atendiam aos interesses da família no único setor em que ela não estava diretamente representada. Por outro lado, a absorção de imigrantes ricos pelas famílias importantes locais era procedimento comum havia tanto tempo que quase sempre as maiores famílias tinham apenas uma linha de descendência oriunda do século XVI, por causa das repetidas entradas de estrangeiros ricos. De qualquer modo, a posição dominante das grandes famílias locais era reforçada pelas alianças; e não devemos esquecer que pelo menos alguns dos maiores comerciantes eram crioulos que haviam seguido os passos de seus pais, apesar do padrão predominante (a vida especialmente longa de um mercador ou a falta de algum sobrinho em condições poderiam facilmente provocar isso).

Quanto ao outro ramo importante da economia internacional, a extração de prata, esta atividade era muito mais enraizada na situação local e, de modo correspondente, seu pessoal tinha uma proporção mais alta de origem americana — quase total no nível dos trabalhadores braçais e técnicos. Os proprietários e trabalhadores se dividiam entre crioulos e peninsulares sem uma predominância nítida. Grandes mercadores sempre tiveram muito interesse pelas minas como fonte do metal precioso do qual viviam, e com o passar do tempo, já que grandes investimentos eram cada vez mais importantes para o sucesso das minas, havia mercadores (que, como acabamos de ver, eram em geral peninsulares) entre os proprietários de algumas das minas mais lucrativas, embora nunca à custa da exclusão dos crioulos. Dizem que no período final os grandes proprietários de minas de Guanajuato, na época a jazida mais rica do México, eram quase todos crioulos.

Tudo somado, a posição dos crioulos, principalmente das famílias mais poderosas das regiões mais ricas e consolidadas, começava a transcender o que seria de esperar num país considerado colônia de outro. Quando a situação chegou a seu clímax, mais ou menos no início do período colonial final, a metrópole acabou reagindo e tentou reverter a tendência em pelo menos alguns de seus aspectos. Os efeitos foram mais dramáticos no caso do recrutamento para altos postos governamentais, principalmente as Audiências reais, onde os crioulos aumentavam cada vez mais sua participação desde o século XVII. Por volta de 1770, no início do reinado de Carlos III, a Audiência da Cidade do México era quase totalmente crioula. Havia oito crioulos para três peninsulares, e mesmo estes já

estavam no México havia tanto tempo que eram quase nativos. Mas pela nomeação de nascidos na Espanha para preencher as vagas que foram surgindo, em dez anos o governo real inverteu a proporção, e então ficaram dez peninsulares para quatro crioulos. Na Audiência de Lima os crioulos predominaram a partir de 1740, mas o mesmo processo também ocorreu ali; a maioria crioula de treze para dois peninsulares desapareceu durante a década de 1770, dando lugar a uma maioria peninsular nas décadas de 1780 e 1790 e, finalmente, a uma situação totalmente invertida de doze peninsulares para três crioulos em 1800. Nas Audiências menores, as coisas não foram tão claras, já que algumas delas nunca viram maiorias tão esmagadoramente crioulas como as de Lima e Cidade do México, nem sofreram campanhas tão marcantes de substituição. Mas, em geral, os crioulos passaram a presidir a maioria dos juizados mais procurados por volta de 1750-70, e depois perderam esta posição no decorrer do período colonial final, embora tenha havido uma recuperação parcial nos últimos anos antes da independência. Além disso, os últimos Bourbons, como veremos mais adiante, criaram novos cargos administrativos e novos órgãos de vários tipos, quase todos ocupados, ou pelo menos chefiados, por peninsulares, ligados aos funcionários europeus que deram início às mudanças.

Pode-se questionar até que ponto tudo isso alterou a situação crioula global. A profundidade das mudanças de pessoal não foi grande. Os crioulos permaneceram nos cargos subordinados e também ainda dominavam a maioria dos antigos órgãos do governo. Não parece que tenha havido revertérios sociais e econômicos correspondentes ao que aconteceu nas nomeações do governo, embora seja verdade que firmas mercantis sediadas do outro lado do Atlântico, com base na Revolução Industrial, parecem ter recuperado parte do terreno que haviam perdido a partir do século XVI, e mercadorias européias apresentavam novos desafios aos produtos fabricados localmente. Na esfera governamental, é instrutivo olhar além das categorias "crioulo" e "peninsular" em casos que eram de interesse mais imediato para os contemporâneos. Do ponto de vista tanto dos funcionários metropolitanos como dos interesses locais, a questão subjacente era se os juizes seriam principalmente burocratas num sistema imperial de longa distância ou se iriam identificar seus interesses com os da localidade onde serviam. A campanha do governo não era tanto contra os crioulos em geral, e sim contra os nascidos em seus próprios distritos. Um juiz de Santo Domingo que trabalhava na Cidade do México era tão estrangeiro quanto um de Madri. A verdadeira distinção era entre os de fora e os de dentro; crioulos de outras procedências, juntamente com os pe-

ninsulares recém-chegados, constituíam os de fora, e crioulos nascidos no local e peninsulares residentes há muito tempo, com fortes vínculos locais, eram os de dentro. Com certeza as campanhas romperam profundamente a representação direta dos nascidos no local, mas há muitas indicações de que, na verdade, vínculos indiretos possam ter-se desenvolvido ao mesmo tempo. A influência crioula não seria reduzida com facilidade.

O COMPLEXO TRADICIONAL: HACIENDAS, ÍNDIOS E MINERAÇÃO DE PRATA

Desde o século XVI o sistema de sustentação das cidades hispano-americanas havia consistido em propriedades rurais administradas por espanhóis e vilas indígenas na hinterlândia, que juntas supriam as necessidades locais das cidades, além da indústria argentífera, que lhes fornecia o estímulo econômico da Europa. Nas antigas áreas centrais, o sistema ainda estava essencialmente intacto no período colonial final, mas houve muitas adaptações à época.

As propriedades espanholas do período final foram profundamente afetadas pelas mudanças gerais no tamanho e na natureza da população. Maior quantidade de indivíduos representava maior demanda de alimentos, mas esta era só uma parte da mudança. O crescimento ocorreu, de forma desproporcional entre os espanhóis e as castas, que eram os grupos mais urbanos e influentes e, portanto, o mercado mais poderoso. Desta maneira o trigo, produto básico espanhol, também cresceu; esta cultura relativamente intensiva passou a expulsar outros produtos das melhores terras das regiões próximas aos mercados, deslocando parcialmente a criação de gado para locais mais distantes e secos (processo que, na verdade, havia começado muito antes perto das cidades maiores). Por necessitar de irrigação e moagem, o trigo exigia um nível bastante alto de investimento de capital e foi aumentada a participação do elemento mercantil na comercialização, no financiamento e na propriedade agrícola. A hispanização crescente e a participação cada vez maior no mercado também afetaram os índios, que no período colonial final eram uma parcela bastante grande da economia regional e possuíam dinheiro suficiente para representar um mercado expressivo, sem falar de seu aumento numérico em alguns locais. Os índios não só usavam mais produtos de estilo espanhol; ainda mais importante do que isso foi o fato de terem dinheiro para comprar seus próprios produtos tradicionais. No período colonial final, não era mais verdade que empreendimentos rurais espanhóis se dedicassem quase exclusivamente a produtos espanhóis e empreendi-

mentos índios, a produtos indígenas. Com o crescimento dos mercados, as propriedades espanholas fizeram do milho uma de suas culturas comerciais, e no México, no final do século XVIII, havia grandes *haciendas*, pertencentes a algumas das famílias mais nobres da capital, dedicadas principalmente à produção de pulque para vender à gente pobre da Cidade do México e arredores (fenômeno análogo no Peru, as estâncias de coca espanholas antecedem em muito o período de que falamos, por causa do precoce poder de compra dos índios envolvidos na indústria argentífera peruana). O caso de Guadalajara ilustra a tendência básica; na época colonial final, a população da cidade cresceu muito, o preço da carne e dos cereais subia constantemente pela primeira vez e o consumo também aumentou, embora com um diferencial bastante significativo: o consumo de trigo cresceu sete ou oito vezes, enquanto o de milho apenas dobrou e o de carne permaneceu o mesmo.

Sempre houve algumas famílias e indivíduos que possuíam múltiplas extensões de terra, mas no período final, tanto no México como no Peru, passou a ser um padrão entre os maiores proprietários — os novos-ricos do comércio e das minas ou as famílias há muito estabelecidas — a posse de séries inteiras ou conjuntos de *haciendas*, cada uma ainda com seu próprio pessoal, tipo de uso da terra e nome de santo ou topônimo para identificá-la — de forma alguma propriedades contíguas, mas sim com distribuição complementar. Para gerenciar esses complexos surgiu um tipo de administrador de propriedades que era intermediário entre o proprietário e os feitores das fazendas; era, em parte, um homem de negócios, mas, socialmente e pela educação, ficava muito perto do nível dos grandes proprietários e, às vezes, incluía-se ao grupo no final da carreira.

Se a transformação da população teve grande efeito sobre o mercado de propriedades rurais, as conseqüências em seus sistemas de pessoal e mão-de-obra foram igualmente grandes. A estrutura da *hacienda*, com sua concentração de responsabilidade, habilidades e remuneração nos níveis mais altos, surgira e estava mais bem adaptada a uma situação em que os mais dotados na cultura dominante, ou seja, o grupo de proprietários, eram minoria, um grupo um pouco maior de gente humilde ou de origem étnica mestiça assumia os papéis intermediários, e a maioria que apenas começava a ser apresentada aos costumes hispânicos fornecia mão-de-obra de curto prazo sem participar plenamente da vida da propriedade e da economia hispânica. Antes do fim do período colonial, a situação mudara de forma drástica nos três aspectos, especialmente no nível intermediário, que, como dissemos antes, se tornara

superpopuloso. Havia então mamelucos, mulatos e índios hispanizados demais em relação às vagas de técnicos e supervisores para as quais estavam culturalmente preparados e, mais importante, para as quais estavam socialmente estereotipados. É verdade que o quociente de pessoal especializado e permanente aumentara durante todo o período colonial, não só por causa das mudanças no tipo de demanda e de produto, mas por causa do simples crescimento do número de pessoas aptas e motivadas para ocupar estas posições. Mas o mercado hispano-americano ainda estava longe de conseguir sustentar empreendimentos rurais nos quais supervisores e pessoal especializado residente fossem a maioria.

O que iria acontecer com o "excesso" de mestiços e outras pessoas hispânicas humildes nas áreas rurais? Uma alternativa era tentarem administrar suas próprias terras, voltadas para o comércio e cultivando os mesmos produtos das *haciendas*, embora em escala muito menor. Chamadas de "ranchos" no México do fim do período colonial e com outros nomes em outros locais, estas propriedades rurais modestas foram uma característica importante do período final. Como durante todo o período colonial, os ranchos eram bastante compatíveis com as *haciendas*. Estavam voltados para mercados menores e mais locais ou vendiam seus produtos em época de abundância, quando os preços eram baixos, enquanto as *haciendas* visavam as grandes cidades e as épocas de escassez e preços altos. Os rancheiros estavam ligados ao pessoal da *hacienda*, passavam quase sempre parte de seu tempo como administradores, pastores ou tropeiros a serviço das *haciendas* próximas. É difícil dizer se, em geral, os ranchos independentes aumentaram ou não de número no período colonial final. O crescimento de centros hispânicos secundários na hinterlândia das cidades, que representavam mercados consideráveis, estava a seu favor. Mas o movimento ascendente geral não estava. Sempre que o mercado e a capacidade de investimento de determinada região melhoravam rapidamente, como ocorreu na área mexicana de León, perto das minas em expansão de Guanajuato, muitas propriedades modestas se consolidavam em propriedades maiores, por meio do sucesso dos rancheiros ou, com maior frequência, por meio de compras em grande escala dos que já eram ricos.

Nas novas condições, era um padrão bastante comum que o proprietário de uma grande *hacienda* só explorasse diretamente suas melhores terras, cultivando ali apenas os produtos mais lucrativos e, talvez, investindo neles capital considerável, enquanto arrendava e alugava boa parte do resto ao mesmo tipo de pessoa que, antigamente, seria supervisor ou trabalhador especializado da pro-

priedade. Alguns poderiam ser ex-donos das partes maiores onde agora trabalhavam sob arrendamentos de longo prazo, mas ainda mais característicos do período foram os rendeiros de pedaços bem pequenos de terra, mantidos em geral sem contrato formal e cuja renda podiam pagar em dinheiro, parte da colheita, trabalho, ou os três juntos. No final do período colonial, muitas *haciendas*, do México ao Chile, tinham grande contingente de meeiros e rendeiros hispânicos ou hispanizados, disponíveis como reserva de mão-de-obra frequentemente convocada, em épocas de picos de trabalho, adicionalmente ou no lugar dos aldeões índios.

As mudanças também afetaram o nível inferior da força de trabalho da propriedade; como ocorreu com os grupamentos sociais, aqui também houve vários tipos de fusão, e assim reduziu-se a diferença entre trabalhadores permanentes e temporários. No centro do México, onde a situação é mais conhecida, sabemos que alguns índios que possuíam menos terras do que a média em suas próprias vilas passavam não só algumas semanas a serviço da *hacienda* na época da colheita e do plantio, mas meses inteiros, e muitas vezes a maior parte de seu ano de trabalho. Claramente essas pessoas adquiriram habilidades e costumes que, em época anterior, seriam exclusivos dos trabalhadores permanentes. Mas havia também continuações do passado. Esses trabalhadores se empregavam por uma semana ou duas de cada vez, e assim, em contraste com os verdadeiros trabalhadores permanentes, mudavam frequentemente de local e recebiam pagamento na faixa inferior da escala. Em muitos casos, intermediários, índios das mesmas vilas que eles, chamados de "capitães de turma", os procuravam, recebiam a paga por eles e até mesmo mantinham-nos reunidos como uma unidade enquanto trabalhavam na *hacienda*, tudo relíquia dos sistemas anteriores mais formalizados da encomenda e do repartimento. No altiplano andino, por outro lado — embora nosso conhecimento seja limitado a pouco mais que nomes e números de categorias —, parece que entre os trabalhadores permanentes residentes nas *haciendas* havia alguns que não apresentavam o perfil cultural esperado e pouco se diferenciavam dos índios das aldeias. No estilo de vida ou tipo de tarefa realizada (embora até esses tendessem a estar geograficamente deslocados e separados das aldeias).

Ao falar de propriedades de terra, abordamos assim o tema da forma do mundo indígena no período colonial final; a interpenetração ainda mais completa das vilas e propriedades dos índios, das quais acabamos de mencionar alguns exemplos, era parte importante do quadro. Os capitães de turma do centro

do México eram residentes nativos e importantes das vilas indígenas, mas estavam também totalmente integrados ao sistema hispânico de propriedades rurais. Os rancheiros eram hispânicos, mas normalmente faziam de grandes vilas de índios próximas a sua sede e, nesta época, já haviam transformado os centros de muitas destas vilas em complexos tipicamente hispânicos. E isso acontecia não apenas com as propriedades rurais mas também em cada aspecto do inter-relacionamento entre os mundos hispânico e indígena; os hispânicos se haviam aproximado do setor índio, e os índios conseguiam maior participação no setor hispânico ou geral.

Um dos fenômenos mais comentados foi a entrada em grande escala de mamelucos e outras castas nas vilas dos índios para morar, trabalhar e possuir terra, não como membros da comunidade mas ainda assim competindo com os nativos, casando-se entre eles e substituindo-os. Algumas das maiores vilas indígenas do centro do México acabaram tendo mais habitantes não-índios do que índios. Mesmo no coração do altiplano andino relativamente isolado, na região de Cuzco, a proporção de pessoas de categorias não-índias aumentou para mais de 17% em 1786, com crescimento especialmente rápido nas partes do campo dominadas por vilas indígenas em vez de *haciendas*. Tanto no México como no Peru, a antiga nobreza de muitas das maiores entidades indígenas tinha dominado a língua e a cultura espanholas, feito muitos casamentos com espanhóis e mestiços locais e agora possuía e administrava propriedades que pouco diferiam das *haciendas* e dos ranchos espanhóis. No México, alguns dos membros do grupo dos "caciques" ("cacique" agora significava apenas, naquele contexto, qualquer pessoa rica e importante radicada numa comunidade indígena) estavam mesmo abandonando o idioma e a identidade indígenas e encontrando um lugar entre os hispânicos da província.

A crescente utilização de índios pelos espanhóis e sua maior atividade no comércio e no transporte inter-regionais não lhes trouxeram nenhuma prosperidade geral, mas fez com que mais dinheiro circulasse entre eles; eles passaram a ser um mercado melhor por terem mais necessidades de estilo hispânico e por serem mais capazes de pagar para satisfazê-las. Em vista desta situação, alguns padrões locais de comércio se inverteram. Originalmente, os esforços feitos por quase todos os corregedores de índios para se remunerarem por meio da participação na economia local tiveram uma coisa em comum: foram tentativas de canalizar produtos locais, vindos dos índios ou das propriedades espanholas, para as cidades. Depois de certo tempo, os corregedores começa-

ram a se envolver também na venda de alguns produtos indígenas de outras regiões, como o cacau, para seus próprios subordinados, e no final do período sua atividade mais característica era a venda de produtos provenientes da economia geral do campo — mulas, bois, tecidos, ferramentas e outras coisas — aos índios de seus distritos. Os corregedores quase sempre obrigavam os índios a comprar quantidades determinadas como parte de sua obrigação geral para com o governo, uma prática que chegou a ter aprovação oficial em muitas épocas e locais; como estes administradores locais de curto prazo e praticamente não remunerados, com sua sede de lucro, não deixavam de pressionar excessivamente este mercado fraco, marginal e nascente, a instituição da venda forçada (*reparto de mercancías*) foi uma das características universalmente mais impopulares da época colonial, denunciada por todos os lados daquela época até hoje. A fama não é totalmente imerecida, mas mesmo assim é significativo que o período final, e não o inicial, tenha sido a época de florescimento do "reparto". Observa-se exatamente a mesma tendência nas atividades econômicas dos caciques, pelo menos no caso do Peru, onde eles ainda detinham boa parte de seu poder e influência no fim da época colonial. No século XVI vamos encontrá-los alugando seus súditos a empregadores espanhóis ou vendendo produtos locais nas minas e cidades; no período final eles também vendiam a seus súditos produtos das cidades e de outras regiões. As propriedades espanholas, embora ainda voltadas principalmente para o mercado urbano, também começaram a mostrar mais interesse em vender mercadorias do exterior para seus trabalhadores ou em pagá-los com estas mercadorias, o que era quase a mesma coisa.

Todos estes acontecimentos provocaram tensões nas corporações indígenas, pelo menos em sua forma então tradicional. Em algumas áreas de transição, o "mundo indígena" quase deixou de existir como entidade separada, e o exemplo mais conhecido é o desmembramento dos *resguardos* ou reservas da Colômbia pela invasão maciça de hispânicos. Também nas áreas centrais alguns governos de vilas indígenas eram apenas vestígios, marginais em povoações cujo núcleo era agora hispânico. No entanto, está claro que o quadro de decadência coletiva dos índios no período colonial final foi exagerado. Mesmo no centro do México, onde os índios enfrentavam a maior concentração de espanhóis e estruturas hispânicas, e até mesmo na proximidade da Cidade do México, havia municipalidades indígenas que na época funcionavam, como faziam há algumas gerações, arbitrando disputas locais, autenticando títulos de propriedade, mantendo registros em nauatle. Algumas das corporações sofreram a perda de vilas

e povoados que agora insistiam em adquirir independência municipal e acabaram conseguindo, o que resultou em entidades menores e numa estrutura menos complexa. No entanto, para nós esta evolução representa a vitalidade indígena, a microetnia tradicional levada a novos extremos sob condições que o permitiam, porque os espanhóis, que já tinham dependido da unidade provincial completa para fazer funcionar *encomiendas*, grandes paróquias e sistemas de mão-de-obra e por isso não poderiam admitir sua divisão, não precisavam mais dela. Pessoas rotuladas como "índios" e que falavam nauatle ainda eram maioria, mesmo no próprio Vale do México. No sul do México, mais isolado, as corporações eram ainda mais sólidas; pelo menos em Oaxaca conservaram a maior parte de sua terra arável, inclusive boa parte da melhor terra, e ainda existiam *cacicazgos* fortes e ricos. Também nos Andes os caciques ou curacas não só ainda existiam como exerciam muita autoridade. A pesquisa mais recente sobre o grande levante de Tupac Amaru no altiplano andino na década de 1780 (falaremos mais sobre o assunto adiante) mostra que pequenas entidades étnicas locais afirmaram-se com vigor, e o forte senso de independência e rivalidade entre os grupos foi, em muitos casos, o fator decisivo para apoiarem ou não a revolta.

No núcleo das antigas áreas centrais, as mudanças em propriedades rurais e vilas indígenas, que acabamos de examinar, coincidem de modo geral com o período colonial final, mas vinham evoluindo aos poucos havia muito tempo, assim como a fusão étnica e cultural que as causou, de modo que não se pode considerar que tenham começado em nenhum período fixo de uma ou duas décadas. Nem eram, de modo algum, uniformes como a política de recrutamento para as Audiências, que teve a mesma cronologia geral em toda a América espanhola. Enquanto em algumas áreas a *hacienda* evoluía além de sua forma clássica, impelida por novos mercados e pelo excesso de pessoal intermediário, em outras áreas mais remotas faltava-lhe o ímpeto e ainda mal atingira a forma clássica do período colonial maduro. Em geral, o crescimento e a maior integração caracterizaram o sistema de propriedades rurais e o setor indígena (das antigas áreas centrais), mas isto não trouxe necessariamente benefícios para os indivíduos afetados. Em vez disso, os tipos intermediários viram quase sempre sua situação piorar em consequência do fato de terem se tornado tão numerosos. Quanto aos índios, o crescimento da população e dos mercados resultou, entre outras coisas, no aumento do preço da terra e na maior disputa por ela, fatores que tiveram relativamente pouca importância no período colonial maduro, e quando os produtos agrícolas e as atividades tradicionais dos índios

tornaram-se mais lucrativos, tiveram de enfrentar a competição de empresas hispânicas bem organizadas e financiadas naquele que fora, até certo ponto, seu próprio nicho na economia.

A economia exportadora do período colonial final ficou cada vez mais diversificada; como veremos, houve um crescimento espantoso em algumas áreas do leste que exportavam produtos não-metálicos. Mas no México e no centro dos Andes a prata continuou a desempenhar o mesmo papel que tinha nos séculos anteriores. Também continuou a ser extraída mais ou menos nos mesmos locais e com as mesmas técnicas, um pouco mais desenvolvidas. O ritmo de produção seguiu de perto o movimento geral ascendente do período colonial final. Das primeiras décadas do século XVIII até depois de 1800, a taxa anual de produção de prata subiu continuamente, com o aumento mais marcante no último terço daquele período.

Tanto fatores internos como externos tiveram seu papel na expansão. Internamente, as minas lucraram com a dupla tendência de crescimento do final do período, o crescimento populacional e o aumento da hispanização. Havia mais gente disponível apta para o trabalho técnico e permanente num sistema hispânico, de modo que as minas tiveram maior suprimento de mão-de-obra do tipo que mais precisavam e, ao mesmo tempo, puderam pagar menos por ela (embora, como sempre, os mineiros estivessem relativamente entre os mais bem pagos da economia). Dada a natureza e a profundidade das jazidas e dos veios já esgotados, a mineração de prata dava melhor resultado quando feita em grande escala. Como vimos antes, as condições já haviam obrigado os participantes a adotar operações maiores e mais cooperativas no século XVII. No final do século XVIII, a escala atingiu um pico nunca visto. A famosa mina de Valenciana em Guanajuato tinha 580 metros de profundidade, e o poço, 30 metros de circunferência. Uma mina grande podia exigir até mil mulas e cavalos para fazer funcionar sua maquinaria. Usavam-se mais homens — mais de três mil em Valenciana. As refinarias também tinham crescido. Eram necessários grandes investimentos de longo prazo nas minas maiores, e no final do período os consórcios de mineiros e comerciantes financistas, com poder de apoio considerável, passaram a ser a forma predominante. Alguns financistas, pelo menos no México, operavam em nível equivalente a verdadeiros bancos de investimento. As técnicas de mineração, basicamente ainda empíricas e nas mãos de pessoas treinadas pela experiência, eram, mesmo assim, altamente sofisticadas a seu modo. A única inovação técnica aparentemente importante do período colonial final também parece ter surgido por meio de experiências em nível local: o uso em grande escala da

pólvora em explosões, que foi especialmente importante na construção de grandes poços e dutos de drenagem.

A mineração de prata sempre foi a menina dos olhos do governo real, de modo que não surpreende a descoberta de que havia maciço envolvimento governamental nas minas do período colonial final. Foram os últimos Bourbons os que mais fizeram, e assim o principal impulso da atividade oficial coincide exatamente com o auge da produção. O sucesso das minas e o estímulo governamental alimentaram-se um ao outro, e assim ambos contribuíram para o resultado final. Dificilmente se pode determinar qual veio primeiro ou deu a maior contribuição, embora valha a pena lembrar que a expansão foi parte integrante de uma tendência socioeconômica geral em ambos os lados do Atlântico e que o governo real tinha longa história de incentivar principalmente as atividades que já estavam indo bem sozinhas. De qualquer forma, o governo concedeu incentivos fiscais substanciais aos maiores investidores na mineração. Talvez o acontecimento mais importante tenha sido o grande aumento do fornecimento de mercúrio, principalmente de Almadén, na Espanha, e a redução de preços pela coroa até a metade do valor original. Com mercúrio mais barato e em maior quantidade, as minas com minérios mais pobres podiam trabalhar com lucro. Ações como estas dos Bourbons foram oportunas e aparentemente bem-sucedidas, mas não diferiam em essência de medidas tomadas em séculos anteriores. Os resultados de passos mais inovadores dados pelo governo foram mais duvidosos. Muitos consideram que a tentativa de instituir o financiamento governamental direto da mineração foi um fracasso. Os novos especialistas em mineração do Iluminismo e as técnicas trazidas da Europa tiveram pouco resultado. O sistema Born de refino produzia um amálgama ordinário; as máquinas estrangeiras de bombeamento falharam. Em geral, os novos métodos europeus exigiam investimento fixo excessivo e uso abundante de materiais escassos; numa palavra, não se adaptavam bem às condições locais. É verdade que, em parte como resultado desses esforços, os mineiros começaram a adotar um modo de pensar mais metódico, e no México foi fundada e mantida uma academia de mineração.

Embora a discussão anterior se aplique, em termos gerais, tanto ao México quanto ao Peru, o México beneficiou-se mais dessas tendências. O crescimento de sua produção começou por volta de 1700, a do Peru algumas décadas depois, e nos picos do período colonial final o México ultrapassou em muito o Peru, chegando a quadruplicar sua produção desde o início do século XVIII. Na verdade, no período colonial final o México caminhava, de maneira geral, mais

depressa que o Peru; a posse da costa atlântica era mais vantajosa agora do que fora antes, seu crescimento populacional era mais marcante e houvera maior interação cultural entre os setores hispânico e indígena, em grande parte simplesmente por causa da geografia mais amena do país. Uma pressão muito específica sobre o sistema andino, resultado direto da falta de acesso do Peru ao Atlântico, foi sua divisão em dois no final da década de 1770: Charcas (Bolívia) com Potosí e a maior parte das outras minas de prata foram para o novo Vice-Reino do Rio da Prata, e sua produção passou a ser escoada por Buenos Aires em vez de Lima. Sabemos muito menos sobre os detalhes da economia peruana do que da mexicana, mas deve ter havido um período de desorganização financeira quando a bem estabelecida comunidade comercial de Lima foi aos poucos afastada da indústria argentífera do Alto Peru. Uma das respostas de Lima foi o desenvolvimento da produção de prata nas jazidas do Baixo Peru, que alcançaram sucesso considerável e ultrapassaram Potosí nos últimos anos do período colonial; ainda assim, as duas metades juntas nunca chegaram a igualar o desempenho mexicano.

As duas principais indústrias mineiras haviam evoluído para uma maioria de trabalhadores especializados permanentes, mas a antiga diferença continuou. No México, praticamente toda a força de trabalho era formada por mineiros profissionais, muitos deles da segunda ou terceira geração. Com a contínua mistura de raças, a maioria deles nesta época eram, até onde podemos dizer, mamelucos e mulatos. Outros trabalhadores ainda identificados como índios eram bastante hispanizados. Surgira até a idéia popular de que os índios eram maus mineiros, depois que as pessoas, apesar da linha nítida de descendência direta, esqueceram quem haviam sido os mineiros originais. Por outro lado, no Alto Peru, no final do período colonial, embora uns três quartos da mão-de-obra fossem de trabalhadores assalariados voluntários, um quarto ainda procedia do sistema de mita, e muitos dos outros podem ter sido trabalhadores da mita fora de seus períodos obrigatórios; a proporção de índios e a conservação da cultura indígena em todo o contingente eram muito maiores do que no México.

A REVOLUÇÃO DA COSTA LESTE

Como já vimos, durante a reorientação do final do período colonial as áreas costeiras do Atlântico cresceram e se consolidaram, já que lucravam mais com

as melhorias da navegação e estavam mais bem localizadas para a exportação por atacado para a Europa, que agora tornava-se cada vez mais viável. Algumas antigas áreas periféricas assumiam agora muitas das características de centralidade e chegaram, até certo ponto, a substituir as antigas áreas centrais, especialmente no caso do Peru (ver o Mapa 14 e a Tabela 4).



Mapa 14. "Centro" e periferia ibero-americanos, período colonial final. (No período final surgiram tantos centros independentes que não se pode mais usar o termo "centro" no mesmo sentido. Comparar os mapas 8 e 9.)

Tabela 4. Estimativa da população de regiões da América espanhola por volta de 1800

	População estimada	Subtotal	Percentual da população total
México	5.837.000		46,4
América Central	1.160.000		9,2
		6.997.000	55,6
Ilhas do Caribe		550.000	4,4
Nova Granada	1.100.000		8,7
Venezuela	780.000		6,2
		1.880.000	14,9
Quito	500.000		4,0
Peru	1.100.000		8,7
Charcas	560.000		4,5
Chile	550.000		4,4
		2.710.000	21,6
Buenos Aires & Tucumán	310.000		2,5
Paraguai	100.000		0,8
Uruguai	30.000		0,2
		440.000	3,5
		12.577.000	100,0

Fonte: Compilação de numerosas contagens e estimativas da época feita pelo professor Robert N. Burr da UCLA e seu aluno Karl F. Graeber.

A mais espetacular mudança deste tipo na esfera hispano-americana ocorreu na região do Prata. Depois de ter sido por muito tempo a periferia mais distante e o território mais pobre da órbita peruana, via-se agora, por causa das melhorias do transporte, no meio de uma rota entre as minas de prata do Alto Peru e a Europa que era bem melhor que a antiga rota através do Panamá e de Lima. (Que não se pense ter havido alguma mudança especial de perspectiva ou que a antiga rota fosse irracional. Numa época de navios pequenos e lentos, com a metade do espaço ocupada por provisões, a rota do Panamá, com suas distâncias menores e mais oportunidades de conseguir suprimentos, era ótima, além de mais fácil de defender contra estrangeiros no lado do Pacífico. Por outro lado, no final do século XVIII os navios ainda não eram tão grandes e rápidos a ponto de tornar preferível a rota de que descia do Alto Peru pelo Pacífico e contornava o Cabo Horn em vez da rota por Buenos Aires, como aconteceria durante o século XIX.) Além disso, as grandes manadas de gado selvagem (*ganado cimarrón*) que percorriam as planícies da Argentina, do Uruguai e do sul do Brasil, corretamente consideradas durante muito tempo quase sem valor, agora se tornavam produto de exportação, inicialmente apenas pelo couro. O crescimento

da Europa da Revolução Industrial precisava de mais couro, não só para calçados e selas, mas para as partes móveis das máquinas. A exportação de couro passava de uma posição marginal, em que o produto era pouco mais do que lastro dos navios que voltavam, a motor da economia. Na década de 1770 Buenos Aires exportava 150.000 couros por ano. Tanto britânicos (maiores consumidores de couro) quanto portugueses demonstraram seu contentamento com a crescente atração da área aumentando suas atividades na vizinhança. Os mesmos fatores que melhoraram o transporte e mudaram a natureza da exportação também deram às potências européias não-ibéricas capacidade e motivação para intervir em lugares remotos que antes ignoravam. Buenos Aires fora uma cidade portuária e de presídio pequena e pobre, muito distante das rotas principais, exceto pelo grande tráfico de escravos do sul da África para Potosí. Quando as vantagens da rota comercial platina ficaram mais evidentes a partir de meados do século XVIII, firmas e mercadores espanhóis passaram a estabelecer-se ali para importar e exportar, por meio de navios de registro individual, que começaram a ser permitidos, ou por meio do contrabando. Em meados da década de 1770 a cidade ainda não era nenhuma maravilha, mas já tinha uma comunidade mercantil extensa, ativa e com bons contatos.

Em 1776, reconhecendo tudo isso, a coroa criou o Vice-Reino do Rio da Prata, com Buenos Aires como capital, na esperança de conseguir logo maior arrecadação com a economia em crescimento e de começar a formar e proporcionar melhor proteção contra a ameaça de estrangeiros. O arranjo inverteu o equilíbrio tradicional da região dando primazia ao porto insignificante sobre o interior a noroeste, mais desenvolvido. Porém o maior ato de reorganização, ao qual já nos referimos, foi a inclusão do Alto Peru e suas minas de prata no novo vice-reino, reorientação que afetou todo o continente ao fazer de Buenos Aires, em vez de Lima, o principal ponto de saída da prata de Potosí.

Buenos Aires agora começava a viver o mesmo processo de consolidação pelo qual a Cidade do México e Lima haviam passado no século XVI, pois o surgimento de grandes recursos novos de exportação numa área favorecia invariavelmente a formação de uma rede bem tecida centrada numa única cidade predominante. Não só Buenos Aires recebia agora vice-rei, Audiência, Consulado de mercadores (depois de algum tempo) e, em geral, a maioria dos símbolos governamentais e institucionais das outras capitais de vice-reinos, como (ao contrário de Bogotá, que nominalmente tinha o mesmo *status*) a cidade continuou com seu crescimento populacional já rápido, e chegou a bem mais de quarenta mil habitantes às vésperas da independência. Os migrantes do interior

encontraram outra corrente de imigração vinda da Espanha. Os mercadores de Buenos Aires começaram a tornar-se credores e fornecedores de seus colegas do interior, e o interior começou a descobrir na capital um mercado tão poderoso, embora de tipo diferente, quanto o do distrito mineiro do Alto Peru. ⁶

Ainda assim, em vários aspectos a novidade da situação e a saída recente do *status* de periferia deixaram traços fortes. Os mercadores de Buenos Aires, como seus colegas da Cidade do México, vinham principalmente do norte da Espanha, e, como eles, a maioria estava comprometida de forma permanente com a sociedade local, mas mantinham contatos muito mais estreitos com firmas espanholas, das quais eram, em certos casos, meros representantes. Por outro lado, tinham muito mais domínio na sociedade local do que os mercadores da Cidade do México; não havia o conjunto complexo de interesses econômicos há muito estabelecidos e em competição, nenhuma grande família crioula com extensas propriedades de terra. Os próprios mercadores peninsulares dominavam o conselho municipal de Buenos Aires, o que estava muito longe de acontecer na Cidade do México ou em Lima. Via-se também a falta de uma base crioula estabelecida na total predominância peninsular nos cargos governamentais e eclesiásticos e mesmo em alguns dos ofícios. Buenos Aires não recebeu uma universidade, mas mandava seus filhos para a de Córdoba, no interior, ou ainda mais longe, para o Alto Peru, uma situação triste para uma capital.

Ao contrário dos mercadores da Cidade do México, os de Buenos Aires não adquiriram títulos de alta nobreza nem conjuntos de *haciendas*, já que não havia *haciendas* para comprar. O interior tinha propriedades rurais comparáveis, digamos, às do norte do México, mas na região do pampa, como no resto da periferia distante, o desenvolvimento das propriedades fora mínimo. Como em toda parte, acumulavam prestígio e influência os envolvidos no setor da economia que tivesse a maior renda garantida, neste caso o comércio ao longo da rota da prata. Embora o couro fosse o setor mais dinâmico da economia exportadora, a prata sobrepujou-o até o finalzinho do período colonial, com valores que, no início, eram várias vezes mais altos. As pessoas envolvidas com o couro e as propriedades rurais estavam no nível mais baixo da escala social. Os proprietários de pequenos empreendimentos rurais em torno de Buenos Aires eram muito semelhantes aos administradores (*mayordomos*) das áreas mais desenvolvidas; a população que trabalhava diretamente com o gado na planície, como já vimos antes, era dispersa e móvel, do tipo que mais tarde foi chamada de "gaúcho" — pessoas que falavam espanhol, de origem racial mista, não muito diferentes dos vaqueiros mestiços de tantas planícies hispano-americanas, embora com vestuário

rio, fala e costumes mais regionais por causa do grande isolamento da região antes do final do século XVIII.

Durante muito tempo a indústria do couro envolveu-se principalmente com a caça de gado selvagem, nas terras sem dono, às vezes com permissão especial, ou em grandes extensões de terra chamadas estâncias e pertencentes a indivíduos, mas que em nada diferiam do campo aberto. Com o esgotamento das manadas e o constante aumento de valor, no início da época do vice-reino começou a transição para um tipo mais padronizado de criação e manejo de rebanhos, e de formação de propriedades rurais. Antes do final do período colonial a exportação chegava a mais de um milhão de couros por ano, e acrescentara-se uma nova dimensão com a remessa de carne salgada para a Europa e o Caribe. Com os tropeços da economia argentífera nos últimos anos do período colonial e o crescimento do componente rural, finalmente os mercadores de Buenos Aires começaram a ter uma participação mais direta nas estâncias, comprando-as, administrando-as e desenvolvendo-as. Num movimento que prosseguiu através do período nacional e que só atingiu seu clímax em meados ou no final do século XIX, nasceu o conjunto completo de fenômenos de consolidação: um grupo de grandes famílias, interligadas por muitos casamentos, quase sempre descendentes dos mercadores do período colonial final, morava em Buenos Aires, dominava os cargos políticos e possuía no campo grandes propriedades totalmente desenvolvidas, onde grande parte da população via seus integrantes como patronos — tudo isso sem abandonar o envolvimento na exportação dos produtos. Depois de muita luta, Buenos Aires ganharia nítida ascendência sobre todas as províncias do interior. Assim, no final, embora já dentro do período nacional, a situação argentina passou a mostrar grande semelhança com a que existira muito antes no México e no Peru.

Outro episódio importante de crescimento e consolidação no continente hispano-americano ocorreu na Venezuela. Já examinamos rapidamente a exploração de exportação de produtos tropicais nas ilhas do Caribe, principalmente nas que pertenciam a nações do norte da Europa. Embora superada na produção açucareira pela falta de acesso ao mercado estrangeiro, pela topografia e outros fatores, a Venezuela aproveitou-se da costa caribenha e sua faixa litorânea era adequada ao cultivo de vários produtos de exportação. Como vimos no capítulo 8, a expansão ali começou no século XVII, voltada tipicamente para as regiões mais centrais das Índias Ocidentais. Depois de enviar trigo para abastecer os navios em Cartagena, os espanhóis da Venezuela voltaram-se cada vez mais para a exportação de cacau para seu mercado tradicional, o centro do

México. Com base neste comércio, os venezuelanos puderam passar da mão-de-obra esparsa fornecida por pequenas *encomiendas* ao uso de escravos africanos. Caracas tornou-se uma entidade urbana razoável, as propriedades assumiram uma forma amadurecida e surgiu um conjunto de famílias de base urbana, proprietárias de terras e exportadoras de cacau, mistura de espanhóis nascidos no local e novos imigrantes — tudo isso muito antes de seu equivalente em Buenos Aires. Quando o cacau passou a ser uma mercadoria vendável não só no México mas também na Europa, a coroa concedeu o monopólio do comércio venezuelano a uma associação de bascos, a Companhia de Caracas, com a qual houve mais avanços. Conflitos locais de interesses, com o uso de infinitas petições e, às vezes, de protestos violentos, acabaram quebrando o monopólio da companhia e o crescimento continuou, assim como a diversificação da exportação de produtos tropicais, acelerando-se ainda mais, como quase tudo nas Índias Ocidentais, nos últimos anos do século XVIII. Nesta época, Caracas não só era quase igual à Buenos Aires contemporânea em tamanho e desenvolvimento institucional; tinha também a estável rede urbano-agrária da hinterlândia, com vilas, aldeias e propriedades, que faltava a Buenos Aires. Em 1777, a Venezuela transformou-se em capitania-geral, independente de todas as outras jurisdições; em 1786 ganhou uma Audiência, sediada, naturalmente, em Caracas, e em 1793, um Consulado de mercadores. Caracas não se tornou capital de vice-reino, em grande parte, sem dúvida, por lhe faltar a prata que fluía por Buenos Aires; e embora tivesse planícies no interior com muito gado e população de vaqueiros mestiços não muito diferente da região do Prata, a exportação de couros e carne não parece ter se desenvolvido na mesma proporção, talvez por causa da dificuldade de acesso à costa.

Tanto a Venezuela quanto o litoral platino tinham, na época da independência, formação populacional muito diferente das antigas regiões centrais (ver Tabela 5). Os índios, como categoria separada, eram o menor dos grupos étnicos; a população era principalmente um conglomerado de espanhóis e africanos, até mesmo em Buenos Aires, que, por meio de sua nova prosperidade, pôde trazer grande número de escravos africanos nos últimos anos do período colonial. É verdade que as proporções variam; em Buenos Aires, cerca de dois terços da população eram considerados espanhóis e quase todo o resto negros ou mulatos, enquanto o elemento africano na Venezuela, que estivera presente por mais tempo e numa função mais básica, tinha uma representação muito maior. Gente de ascendência pelo menos parcialmente africana representava talvez 60% da população do país todo, e a maior categoria censitária isolada era “pardo”,

que aparentemente significava pessoas hispanizadas com ancestrais africanos. Havia muito mais pardos do que escravos ou pessoas livres rotuladas como negras, de modo que o processo de absorção e aculturação estava bem avançado. Vale notar que estas duas áreas que discutimos, nas quais os dois principais blocos demográficos constituintes eram o europeu e o africano, estavam entre as primeiras a utilizar nos censos a categoria *blanco* em vez de "espanhol" no final do período colonial.

Tabela 5. Estimativa da composição étnica de algumas populações hispano-americanas no final do período colonial

	Espanhóis (%)	Castas (%)	Índios (%)
México (1793)	18,0	21,0	61,0
Peru (1795)	12,6	29,2	58,2
Centro da Venezuela (1800-9)	25,0	52,0*	13,0
Cidade de Buenos Aires (1810)	66,0	33,0*	1,0
Cuba (1792)	49,0	51,0*	—

*Exclusivamente pardos, mulatos e negros. A estimativa das castas do México inclui 11% de mamelucos, 10% de mulatos e negros; nas castas do Peru, 21,9% de mamelucos, 7,3% de mulatos e negros.

Fonte: México: Gonzalo Aguirre Beltrán, *La población negra de México* (Cidade do México, 1972), p. 234. Peru: J. R. Fisher, *Government and Society in Colonial Peru* (Londres, 1970), p. 253. Venezuela: John V. Lombardi, *People and Places of Colonial Venezuela* (Bloomington, Ind., 1976), p. 68. Buenos Aires: Lyman L. Johnson e Susan Migden Socolow, "Population and Space in Eighteenth-Century Buenos Aires", em David J. Robinson (ed.), *Social Fabric and Spatial Structure in Colonial Latin America* (Ann Arbor, Mich., 1979), p. 345. Cuba: Verena Martínez-Alier, *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba* (Cambridge, 1974), p. 3.

Cuba, a maior concentração hispânica nas Antilhas, crescia ainda mais isolada do continente hispano-americano e tornava-se cada vez mais, na cronologia e na natureza das tendências, parte do mundo multinacional das ilhas do Caribe. Ainda assim, merece ao menos alguma menção no presente contexto. Cuba não participou do principal impulso da expansão açucareira inglesa e francesa do final do século XVIII, já que o ponto principal daquela evolução era que os maiores países consumidores produziam para si mesmos. A população de Cuba conservou um elemento europeu bem maior do que o das possessões inglesas e francesas. O principal produto de exportação, que, dizem, não crescia tanto assim, era o fumo, cultivado em propriedades bem pequenas, e havia também ranchos de criação de gado. Havana, a cavaleiro das rotas marítimas, era um porto importante além de uma sociedade urbana com alguma pretensão e complexidade, que incluía, entre outras coisas, um contingente de negros e mulatos aculturados. A partir da década

de 1760, o comércio marítimo de Cuba com o México e a Espanha começou a crescer rapidamente, em parte por ter sido a primeira área a entrar na nova política de livre comércio dentro do império. Nas últimas décadas do século XVIII suas exportações diversificadas começaram a desviar-se para os produtos tropicais. O café assumiu a liderança na década de 1790, mesma época em que se tornava importante na Venezuela e no Brasil, e o açúcar, com operações modernas que seguiam o modelo da indústria francesa e inglesa, seguia logo atrás, impulsionado pela queda da produção francesa depois da revolução dos escravos do Haiti. As duas indústrias logo se tornaram as maiores usuárias de escravos da ilha, e a importação de escravos cresceu de modo correspondente. No final do período colonial, a população de Cuba estava bastante equilibrada entre europeus e africanos, com cerca de duas vezes mais escravos que negros e mulatos livres. As partes que a constituíam eram, assim, muito parecidas com as da Venezuela. No entanto, as proporções variavam e as tendências eram muito diferentes, já que o auge da indústria açucareira cubana ainda estava por vir, Cuba conservaria o *status* colonial ainda por muitas décadas e continuaria a ter ondas tanto de importação de escravos como de imigração da Espanha.

TENDÊNCIAS INTELECTUAIS DO ILUMINISMO

Como já mencionamos, no período colonial maduro as Índias Ocidentais espanholas desenvolveram internamente instituições intelectuais hispânicas centradas em universidades e alguns ramos da igreja, mas, ao mesmo tempo, a vida intelectual, em seu conteúdo, permaneceu sob forte influência da metrópole. Pouco mudou neste aspecto no século XVIII; continuou a haver pessoal e organizações locais e os costumes, pelo menos em sua superfície, continuaram a ser ditados de fora. Na Europa, o modo dominante, com ênfase na razão, na ciência, na praticidade e na simples clareza de expressão, emanou principalmente da França durante todo o século, e encontrou excelente veículo para a Espanha na dinastia francesa dos Bourbons, que subiu ao trono em 1700, de modo que as manifestações do Iluminismo não ficaram inteiramente confinadas ao período colonial final em sentido mais estrito. Mesmo antes disso, o espírito militante do antiescolasticismo e do antiobscurantismo começara a prevalecer nas universidades hispano-americanas, onde regularmente as dissertações criticavam bastante Aristóteles e todas as autoridades não comprovadas. Mas boa parte da nova onda se concentra nas últimas décadas do século

XVIII. Foi então que, em quase todas as capitais locais hispano-americanas, grupos de discussão intitulados "sociedades econômicas de amigos do país" surgiram para estudar cientificamente o cenário local e aplicar esse conhecimento ao aperfeiçoamento da economia local. Foi então que se tornou praxe entre os intelectuais mais importantes a criação de revistas enciclopédicas, que continham um pouco de tudo mas enfatizavam discussões científicas sobre cultivos locais, indústrias, doenças, características geográficas e temas semelhantes, sempre com um olho na aplicação prática.

Esses dois fenômenos característicos baseavam-se em modelos espanhóis e estes, por sua vez, nos originais franceses. As idéias e textos do Iluminismo circulavam com bastante liberdade em todo o império espanhol, mas nas mãos dos intelectuais da Espanha assumiram sabor e ênfase específicos que também foram transferidos para a América espanhola: a atitude pró-científica não era entendida como anti-religiosa, e pelo menos até os anos imediatamente anteriores à independência, foram os aspectos práticos, mais que os ideológicos, que fascinaram a maioria dos intelectuais espanhóis e hispano-americanos. Muitos dos personagens mais importantes do pensamento hispano-americano continuaram a ser homens da igreja, como nos séculos anteriores. José Antonio Alzate, importante jornalista mexicano do final do período colonial, era padre secular. De modo geral, os intelectuais hispano-americanos eram recrutados nos mesmos círculos e tinham o mesmo tipo de carreira da época anterior. Uma ampliação notável foi a maior participação de médicos, já que a Medicina era, pelo menos potencialmente, mais científica que o Direito ou a Teologia. Equivalente peruano de Alzate, Hipólito Unanue, editor e principal colaborador da revista *Mercurio Peruano* na década de 1790, era médico e professor de medicina. Pode ter havido um elemento de ascensão social nesta tendência. Como vimos, a medicina estava no nível mais baixo das três grandes profissões liberais, praticada por pessoas de origem mais modesta, às vezes até de origem étnica mestiça; vale notar que vários dos médicos-intelectuais do final do período eram mulattos ou conhecidos como não sendo puramente espanhóis. Se o *status* da medicina realmente melhorou em termos gerais, como aconteceu durante os séculos XIX e XX, é caso de dúvida; pelo menos na Cidade do México, os médicos ainda ficavam bem atrás dos advogados e padres nas ligações familiares. Em geral, a faixa social dos que estavam ativamente envolvidos em ocupações intelectuais não se expandiu de modo acentuado, embora seja verdade que, mais do que antes, os mestres-escolas encontravam alunos em níveis inferiores da sociedade e locais distantes do campo.

Durante os séculos anteriores, parte substancial da produção intelectual das Índias Ocidentais fora realizada por pessoas com várias aptidões vindas de fora, em geral nascidas na Espanha, embora alguns dos jesuítas fossem italianos, austríacos ou alemães. Essa penetração continuou como antes, mas adicionou-se um novo elemento: os estrangeiros, ou espanhóis de inspiração estrangeira, não eram enviados para ocupar cargos nas Índias, mas para fazer expedições, visitas e inspeções para determinar características físicas, medir e descrever a sociedade e a economia ou estudar a flora e a fauna. Da expedição franco-espanhola das décadas de 1730 e 1740 para medir um arco de meridiano no equador, na região de Quito, às extensas viagens descritivas de Alexander von Humboldt no início do século XIX, os investigadores estrangeiros estiveram freqüentemente no cenário hispano-americano, fazendo com que os habitantes locais tivessem contato com as últimas novidades da Europa.

Pode parecer assim que o regionalismo sofreu um retrocesso. Com certeza, tendências novas e poderosas e convenções do exterior moldaram a vida intelectual, os estrangeiros estavam mais em evidência e a nova maneira de pensar era fortemente cosmopolita e universal. Mas os hispano-americanos sabiam como desviar para sua própria direção o Iluminismo europeu. Embora às vezes dedicassem algum tempo à astronomia ou à matemática, praticamente toda a sua atividade e seus textos relacionavam-se com o exame de algum aspecto do próprio cenário local. Pode-se dizer que o envolvimento com a sociedade das Índias aumentou muito desde os dias dos dramas exóticos de Soror Juana Inés, ou que voltou à ênfase do século XVI com roupagem diferente. Um dos aspectos do pensamento europeu do século XVIII foi a glorificação pré-romântica de povos simples e distantes, e os intelectuais hispano-americanos fizeram com que isto coincidissem com um indianismo de antiquário ainda mais forte que o de Sigüenza e Góngora, com tonalidades bem definidas de patriotismo. Os intelectuais ainda arrancavam sua subsistência de empregos díspares na igreja, na universidade, no governo e nas profissões liberais, e, como antes, orgulhavam-se da grande variedade de sua produção, que incluía tanto gêneros mais literários e ocasionais como os mais científicos. Títulos como "Reflexões sobre a varíola" traem algo da natureza mista de muitos textos, que não fugiam da tradição mais antiga, o que não nega as contribuições verdadeiras de veia iluminista feitas por intelectuais do final do período colonial em toda a América espanhola (e era realmente em quase toda ela, não só no México e no Peru; Venezuela, Argentina, Chile, Nova Granada, Guatemala e Cuba também tiveram seus jornalistas e sociedades de amigos do país, incluindo algumas figuras estelares). Quanto mais

fundo se olha, mais parece que o Iluminismo deu apenas cor e ímpeto a um novo estudo e afirmação de si mesma da América espanhola, cuja hora estava chegando em consequência da maturidade atingida pelas sociedades locais, independentemente das modas intelectuais da Europa. De qualquer forma, parece que a produção intelectual ganhou impulso bem na hora em que ocorria uma ascensão em outros aspectos da vida hispano-americana, da economia ao tamanho da população, e assim, pelo menos até certo ponto, pode ser vista como se emergisse das forças gerais que atuavam na sociedade local.

AS "REFORMAS DOS BOURBONS"

As tendências intelectuais que examinamos não deixavam de ter consequências no funcionamento do governo imperial; na verdade, muitos observadores viram o novo clima intelectual como explicação primária da onda de mudanças governamentais instigada pelos reis Bourbons, principalmente no final do século XVIII. Com certeza a conexão é verdadeira; não só as idéias do Iluminismo francês eram muito importantes para o funcionamento do governo, como na Espanha alguns dos escritores mais conhecidos da economia e da política eram, na verdade, ministros reais.

Coerente com sua ênfase na clareza de raciocínio, o Iluminismo preferia a unidade e a uniformidade às distinções múltiplas. No caso governamental, isto significava a manutenção do ideal de estado unitário não embaraçado pela existência de corporações independentes. Esse pensamento poderia levar facilmente a idéias de igualdade de todos os cidadãos com o governo a seu serviço, mas, se mantido numa estrutura monárquica, como era claramente o caso da Espanha, levaria, em vez disso, ao ideal de um rei forte que dava ordens segundo linhas de autoridade muito claras para o bem geral do reino. A preocupação do Iluminismo com a eficiência indicava a mesma direção e preferia um único homem em determinado cargo a um conselho lento, e um funcionário responsável, removível e assalariado a outro que mantivesse como sua propriedade um cargo hereditário e que estivesse profundamente envolvido no meio local. Idéias como essas eram todas diretamente contrárias à forma como o governo e a sociedade hispânicos sempre se haviam constituído, e, na verdade, exigiriam mudanças drásticas caso fossem levadas a sério. Igualmente radical, em princípio, era a crença de que o déspota esclarecido que chefiava o governo unificado devia ir além das tarefas de legitimação, arbitragem, defesa e coleta de impostos e ter

papel muito mais ativo na vida em geral, principalmente na economia, dando incentivo não apenas aos setores da indústria e do comércio que dele mais precisassem, mas também criando novos órgãos e até mesmo assumindo diretamente a produção e o comércio em grande escala.

Mas entre as idéias gerais e as ações governamentais específicas há uma grande distância. Sem negar completamente a influência palpável do clima internacional das opiniões, estamos mais interessados em mostrar que a série de medidas conhecidas em conjunto como reformas dos Bourbons também obedeceu a outros imperativos, fatores quase sempre mais poderosos na determinação do momento exato e da natureza das reformas do que os ditames iluministas sob os quais elas foram às vezes propostas. Várias das idéias freqüentemente expressas em conexão com as reformas haviam-se tornado moeda corrente na Espanha já na década de 1740 e mesmo antes, mas só bem depois, quando o governo dos Bourbons se consolidou e aclimatou completamente e, acima de tudo, quando o crescimento e a evolução geral de ambos os lados do Atlântico tornaram as mudanças desejáveis e, às vezes, possíveis, é que o grosso delas veio a ocorrer.

No pacote de reformas dos Bourbons havia muitos itens importantes que, embora compatíveis, não eram de modo algum dependentes do pensamento iluminista; não exigiam nenhuma mudança especial de atitude em relação a épocas anteriores, mas eram as mesmíssimas medidas que qualquer outro governo teria adotado naquelas circunstâncias. Já discutimos uma importante política dos Bourbons no fim do período colonial: a preferência dada a espanhóis nascidos na Península em detrimento dos crioulos nas vagas das Audiências. Esta campanha poderia ser vista como uma tentativa iluminista do governo de conseguir burocratas mais flexíveis e menos ligados ao local. Mas com certeza será melhor que a consideremos como reação ao domínio crioulo que crescera aos poucos até o ponto em que a predominância se transformou em maioria esmagadora. Quanto à natureza das novas nomeações, parece-se bastante com a eterna política hispânica de apadrinhamento. E embora o governo real tenha demonstrado nova energia, não foi apenas por causa do conceito de um estado mais ativo, mas sim em resposta a circunstâncias como o ressurgimento econômico e demográfico da região nordeste da Península no final do século XVIII.

O mesmo é, até certo ponto, verdadeiro no caso da extensa reorganização das jurisdições realizada pelos Bourbons, em sua maior parte, mais uma vez, depois da década de 1760. Este aspecto das reformas pode ser visto como busca iluminista de unidades mais eficientes que as remanescentes do tempo dos

Habsburgos. Mas foi a situação, mais que a atitude do governo, que mudou. Os vice-reinos do século XVI foram criados segundo os novos e importantes recursos de exportação já explorados pelos espanhóis locais, deixando como áreas dependentes outras regiões da América espanhola; mas quando, por sua vez, algumas destas áreas desenvolveram novo potencial exportador no final do século XVIII, os Bourbons transformaram-nas também em unidades independentes, do mesmo tipo que antes — vice-reinos, capitánias-gerais, distritos de Audiências, como já vimos no caso da região do Prata e da Venezuela. Outra nova jurisdição nascida na América do Sul espanhola foi o vice-reino de Nova Granada, que incluía a atual Colômbia (sua capital era Bogotá) e Equador, mais Venezuela e Panamá durante algum tempo. Criado pela primeira vez em 1717, rapidamente abolido e novamente criado em 1739, era um pouco diferente dos outros, não só por ter sido formado pelos primeiros Bourbons, como pelo fato de não estar amarrado a nenhum novo florescimento econômico da época ou posterior. No entanto, a defesa do Caribe era uma preocupação, e havia certa base geopolítica para a medida: as áreas do norte estavam ficando cada vez mais distintas do Peru, voltando-se para o Atlântico e para as minas de ouro de Antioquia e Chocó, e apresentavam problemas insuperáveis de comunicação que se tornaram ainda mais óbvios no decorrer das décadas e séculos. (Esses problemas haviam sido bem claros desde o início; os Pizarros haviam decidido, em 1540, que Quito deveria ser governada independentemente do resto do Grande Peru.)

Outras formas na mudança de jurisdição pareciam mais novas, pelo menos na superfície, tal como a reforma da intendência, de inspiração francesa e da qual trataremos na próxima seção. Na verdade, muitas reformas dos Bourbons não foram meramente influenciadas em termos gerais pela doutrina iluminista, mas seguiram especificamente modelos franceses. Os Bourbons passaram aos poucos do governo dos conselhos à confiança em ministros e ministérios. Nos tempos dos Habsburgos a "coroa", pelo menos no caso da América espanhola, era na verdade o Conselho das Índias, composto em grande parte de juízes mais antigos, como os das Audiências, que recebiam e avaliavam documentos, tomavam decisões preliminares e passavam-nas ao rei para uma aprovação que muitas vezes era apenas formal. Jamais criado para ser rápido e decisivo, o sistema tornou-se ainda mais pesado e vagaroso com o passar do tempo. Em 1714 os Bourbons criaram quatro ministérios para assumir muitos dos encargos dos antigos conselhos reais de Espanha. O novo Ministério da Marinha e das Índias substituiu parcialmente o Conselho das Índias, deixando-o principalmente en-

carregado dos litígios e outros assuntos ligados a indivíduos. No reinado de Carlos III o ministério foi dividido em dois, e mais tarde foi substituído por uma *junta de estado*, ou gabinete de ministros, para todo o império espanhol, inclusive a Espanha, que era organizado por temas, por especialidade, e não de forma geográfica. Desta forma, no fim das contas o princípio dos conselhos acabou prevalecendo em nível mais alto, mas ainda assim, no caso das Índias, o sistema ministerial favoreceu decisões um pouco mais rápidas, uniformes e categóricas do que na época dos Habsburgos.

Outra área com a marca inconfundível da influência francesa foi a política dos Bourbons para com a igreja. Os franceses eram famosos pela insistência em certa autonomia da igreja nacional em relação ao papa (a própria doutrina chamava-se galicanismo), e a coroa francesa há muito tempo reduzira drasticamente condições ou privilégios especiais da igreja. Depois de tentativas neste sentido feitas pelos primeiros Bourbons, um impulso mais sério começou no reinado de Carlos III, para conquistar novo tipo de ascendência real. No sistema que até então existira, a coroa presidía as várias corporações eclesiásticas, cada uma das quais se autogovernava até certo ponto, buscando apenas a confirmação da coroa para nomeações e arbitragem de disputas internas, enquanto, por outro lado, a coroa usava os ramos da igreja como contrapeso aos órgãos também igualmente independentes do governo secular. Agora a coroa, pelo menos nos planos de alguns dos conselheiros mais influentes de Carlos III, devia reduzir a igreja ao mesmo *status* dos outros súditos frente à lei civil e criminal, e as propriedades da igreja também deixariam de gozar de isenções especiais. A igreja seria racionalizada, com todos os seus muitos órgãos autônomos diretamente sob a hierarquia, e a hierarquia diretamente sob as ordens reais, e ao mesmo tempo a coroa se apoiaria mais em membros das Forças Armadas e outros funcionários seculares com maior responsabilidade para missões especiais, inspeções e funções semelhantes.

Previsivelmente, o programa da coroa para a igreja mostrou-se muito difícil de executar. Boa parte dele, mesmo depois de redigido em forma de lei, nunca foi promulgada. Outras medidas assumiram formas muito diluídas e o efeito global sobre a posição da igreja junto à sociedade ou ao governo foi mínimo, embora seja justo dizer que os próprios religiosos ficaram mais sinceramente alarmados com tudo isso do que com as constantes rixas com vice-reis, governadores, Audiências e outros clérigos a respeito de jurisdições, endêmicas no sistema desde a conquista.

A única ação espetacular e realmente decisiva ligada à igreja empreendida pelo regime de Carlos III foi a expulsão dos jesuítas da Espanha e do império

em 1767, juntamente com a expropriação de todos os seus bens, que por algum tempo foram administrados por órgãos do estado e depois leiloados. Mais uma vez, os franceses e o precedente internacional foram um fator importante. Os galicanos da igreja francesa consideravam os jesuítas internacionalistas seus arquiinimigos, e os intelectuais seculares franceses também os consideravam o símbolo do obscurantismo e dos excessos da igreja (escolha irônica, no sentido de que os jesuítas muitas vezes lideraram o setor eclesiástico na incorporação de virtudes iluministas como racionalidade, investigação científica, eficiência e atenção a aspectos práticos). A controvérsia sobre a ordem teve alcance pan-europeu. A expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 e da França em 1764 originou uma onda na qual a ação espanhola foi apenas um episódio.

No entanto, a expulsão fez sentido em termos puramente espanhóis e hispano-americanos. Não era verdade, como alguns afirmavam, que os jesuítas estavam tentando construir um estado dentro do estado em locais remotos como o Paraguai; eles apenas criaram suas missões nos únicos vazios deixados pelas outras ordens, que, naturalmente, localizavam-se na periferia mais distante. Nem, provavelmente, eram culpados das intrigas contra o governo espanhol que alguns lhes imputaram; em vez disso, os jesuítas espanhóis serviram muito bem, repetidas vezes, aos interesses da coroa e da nacionalidade espanhola, tanto dentro da ordem como em sua postura externa. Por outro lado, eram sem dúvida o segmento mais internacional da igreja espanhola, tanto em orientação quanto em composição, e se a coroa queria um alvo adequado para uma ação regalista, os jesuítas eram bastante convenientes. Ao mesmo tempo, por causa de todo o seu sucesso, os jesuítas eram vulneráveis. Na América espanhola tinham proporção menor de membros crioulos do que as ordens mendicantes, e, além disso, grande concentração de estrangeiros não-espanhóis, principalmente na periferia. Sua chegada tardia e suas idiossincrasias organizacionais destacavam-nos de todo o resto da igreja hispano-americana. Apesar de suas propriedades extensas e bem administradas, de sua proximidade dos funcionários de nível mais alto do governo, e dos defensores e do prestígio com que contavam, eram a organização eclesiástica importante menos enraizada na sociedade das Índias Ocidentais e a menos popular entre os outros religiosos. Com sua expulsão, a coroa conseguiu demonstrar seu poder e a seriedade de suas intenções para com a igreja sem afastar-se indevidamente da população geral ou mesmo da maioria dos homens da igreja. Quando os mais de dois mil jesuítas partiram da América espanhola, o máximo de protesto foi uma inquietação momentânea, e muitos religiosos, inclusive alguns bispos, aprovaram abertamente o ato. Com certeza,

sentiu-se o efeito sobre a educação e a atividade das missões, especialmente no Paraguai, mas em geral parece que a perda não foi um golpe tão grande quanto seria de se esperar.

Mais ou menos na mesma direção da ação contra os jesuítas foi a política da coroa no final do século XVIII, que favorecia a substituição das ordens mendicantes por padres seculares nas paróquias rurais. Do ponto de vista da coroa, a motivação, em ambos os casos, era reduzir o papel de órgãos considerados independentes demais e indiferentes a ela. No entanto, havia muito mais coisas envolvidas além da coroa; a política só resultou em trocas numerosas nas áreas mais desenvolvidas, onde havia uma grande reserva de padres seculares sequiosos dos benefícios relativamente lucrativos dessas regiões, e, assim, pressões sociais favoreciam a mudança. Nas áreas periféricas, em grande parte, as ordens continuaram como antes, já que ninguém desejava substituí-las.

Outra medida importante dos Bourbons com relação à igreja veio tão tarde que é quase um fenômeno mais da pré-independência do que do período colonial. Depois de decretar, nos últimos anos do século XVIII, a venda obrigatória de propriedades da igreja na Espanha metropolitana, onde a igreja tinha a propriedade direta de grande quantidade de terras, em 1804 a coroa passou a ordenar o mesmo para as Índias Ocidentais. No entanto, a situação na América espanhola era bem diferente. As terras dos jesuítas, já desapropriadas, haviam constituído o maior bloco de unidades rurais diretamente em mãos da igreja. Pelo menos no México, onde o tema foi mais estudado, as entidades eclesiásticas tinham menos terras rurais e mais imóveis urbanos do que se esperava, e sua maior fonte de renda sem dúvida, eram hipotecas de propriedades leigas e dinheiro de doações. Patronos leigos de capelarias e outras fundações pias ainda existiam, e pagavam todo ano um percentual sobre algumas de suas propriedades assim oneradas, mas com o passar do tempo um volume maior dos rendimentos veio a ser retido por tribunais eclesiásticos para obras pias que lhes gerassem juros, principalmente na agricultura e no pequeno e médio comércio. A lei de Consolidação de 1804 desapropriou terras de posse direta, capital oriundo de patronos leigos e as quantias emprestadas a leigos. O impacto total sobre a entrelaçada economia local laico-clerical poderia ter sido maior, mas, como sempre, o cumprimento total da lei não chegou a ocorrer. Muitas propriedades e fundos permaneceram intocados, permitiram-se pagamentos parcelados no caso dos bens atingidos e toda a campanha logo foi interrompida pelos efeitos das guerras napoleônicas e levantes locais (por outro lado, os pagamentos anuais compensatórios de 5% relativos aos fundos expropriados também cessaram).

Em termos globais, considera-se que o efeito sobre a igreja, a posse da terra e a economia não foi tão grande, exceto pela perda de rendimento do baixo clero, que quase sempre sobrevivia à custa das capelanias.

A REFORMA DA INTENDÊNCIA

No campo da administração civil, a reforma mais notável dos Bourbons foi o surgimento dos intendentess, administradores de províncias com poderes mais amplos que todos os que os antecederam. Mais uma vez a inspiração veio especificamente da França, onde durante os séculos XVII e XVIII funcionários chamados *intendants* passaram a ser os principais representantes da coroa nas províncias, importantes na ampliação do poder central e na redução da autonomia provincial. Os primeiros Bourbons, diante da rica variedade e da independência das províncias da Espanha, logo começaram a introduzir o sistema de intendências, com ajuda de conselheiros franceses. Em meados do século o novo sistema estava estabelecido na Península. Sua transferência para a América espanhola começou em Cuba, em 1764, logo depois da ocupação britânica de Havana. Após muitas discussões, adiamentos e medidas de transição, o sistema completo foi introduzido no vice-reino da Prata em 1782 e depois levado em 1784 para o Peru, em 1786 para o México e, em 1790, para a maioria das principais jurisdições da América espanhola.

A essência da mudança foi a colocação de um funcionário bem pago, com uma equipe razoável e reconhecimento geral em cada cidade importante de província, dando-lhes, pela primeira vez, uma presença governamental central realmente séria, de certo modo comparável à que existia havia muito tempo nas capitais. Mesmo numa cidade da importância, digamos, de Puebla, no México, ou Cuzco, no Peru, o único representante direto da administração e da justiça reais era o *corregidor* (também chamado às vezes de *alcalde mayor*), com salário quase nominal, mantido no cargo por prazo curto, às vezes membro de alguma família importante local, às vezes saído da *entourage* do vice-rei, mas, de qualquer modo, longe de representar um verdadeiro contrapeso ao conselho municipal local que presidia. Em vez disso, sua função era cerimonial e jurídica (servia de corte intermediária de apelação para casos locais), e boa parte de seus esforços destinava-se ao pagamento de suas dívidas e à tentativa de melhorar sua posição socioeconômica. O intendente, ao contrário, tinha responsabilidade geral sobre a administração, as finanças, as forças armadas e a justiça (embora em al-

guns períodos e lugares, houvesse dúvida sobre esta última). Recebia um salário anual da ordem de cinco mil pesos ou mais, várias vezes maior que o da maioria dos corregedores, e embora também pudesse ser substituído a qualquer momento, o mandato de um intendente podia estender-se por dez anos ou mais, exceto em caso de doença, desgraça ou promoção rápida. E, enquanto os corregedores eram freqüentemente crioulos, a grande maioria dos intendentess (houve algumas exceções importantes) eram peninsulares nomeados diretamente da Espanha, assim como os juizes que estavam sendo enviados para as Audiências na mesma época. Uma proporção muito grande deles era de oficiais do exército, às vezes de altíssimo berço, ou administradores profissionais; muito poucos eram homens da lei. Na verdade, o intendente se assemelhava muito a um pequeno vice-rei em sua própria área. Embora nominalmente subordinado ao vice-rei em alguns aspectos, o intendente era nomeado separadamente pela coroa, comunicava-se diretamente com os ministros reais e, em geral, conseguia livrar-se do domínio do vice-rei, assim como, no passado, os governadores e capitães-gerais. Muitos intendentess logo mergulharam no tipo de disputa sobre jurisdição e poder que sempre fora característico do governo hispânico, de um lado contra os conselhos municipais e bispos locais e, de outro, contra os vice-reis e as Audiências, que eles, de uma forma ou de outra, vieram parcialmente a substituir.

A presença de um funcionário relativamente tão poderoso no cenário provincial não só causou conflitos como possibilitou alguns novos tipos de atividade governamental. Por exemplo, a realização de censos era uma obsessão de todos os governos iluministas, mas só na época dos intendentess é que se encontram na América espanhola contagens totais da população realmente sistemáticas. A presença dos intendentess estimulou, além de antagonizar, os conselhos municipais. Mas talvez o maior efeito tenha sido sobre o tesouro real e a arrecadação de impostos. Os Bourbons tomaram muitas medidas para tentar reduzir a terceirização da cobrança de impostos, racionalizar a tributação e transformar o tesouro numa unidade funcional que respondesse diretamente ao órgão administrativo e não a uma coleção variada de funcionários descoordenados. Especialmente nas vilas de província, com baixa arrecadação e distantes do controle do vice-rei, os funcionários do tesouro foram sempre empregados em meio-expediente, quase honorários, envolvidos principalmente com sua própria atividade empresarial ou comercial na economia local. Onde quer que se introduziram intendentess, eles aumentaram regularmente a arrecadação de impostos; embora esse nível normalmente não se mantivesse por muito tempo, e fosse possível, de qualquer modo, atribuir tanto o aumento quanto a redução ao crescimento

geral da época e às crises causadas pela guerra, ainda assim houve uma diferença nítida.

Um nível maior de centralização parece ter sido uma meta primária do governo Bourbon ao criar as intendências. Em certo sentido atingiram sua meta, estabelecendo com sucesso, em locais remotos, funcionários que estavam em contato permanente com a coroa, mais responsáveis perante a coroa do que perante vice-reis ou Audiências. O outro lado da moeda era que os funcionários de província estavam mais livres do que nunca de quaisquer outras restrições. Uma forma de conquistar independência é ser subserviente a uma autoridade muito distante, como os espanhóis haviam compreendido desde a conquista, quando o líder de cada expedição bem-sucedida desejava estar diretamente sob as ordens da coroa e livre do governador da área de onde viera. Assim, a reforma da intendência tinha, em sua raiz, um grande elemento de descentralização, e isso pode ser visto como precedente do federalismo do período pós-independência. Embora a reforma fosse com certeza produto do pensamento iluminista na metrópole e apresentasse uma coloração especificamente francesa, também correspondia a tendências e estruturas básicas da América espanhola, elementos aos quais deveu seu relativo sucesso. Do ponto de vista interno hispano-americano, a reforma da intendência foi uma resposta ao crescimento e ao amadurecimento da sociedade hispânica provincial até o ponto em que apresentou riqueza e consolidação comparáveis às que existiam em vice-reinos inteiros do século XVI, e por isso precisou de uma estrutura institucional que lhe fosse correspondente e pôde pagar por ela. Poucas intendências eram unidades inteiramente novas; muitas se instalavam no distrito de alguma cidade espanhola que começara como base de um encomendeiro e logo se tornara sede de um bispado, como Valladolid e Guadalajara, no México, ou Arequipa e Trujillo, no Peru. Ou a entidade podia ser o distrito de um centro mineiro importante e antigo, como Zacatecas, Guanajuato ou Potosí. Em ambos os casos a unidade tinha seu próprio centro distinto, que se tornou sede do intendente, além de, nesta época, uma hinterlândia bem estruturada. As unidades das intendências não só já existiam antes de chegar a seu ponto culminante institucional no final do século XVIII; a maioria delas continuaria a existir depois da independência como estados das novas nações. Em outros aspectos os padrões mais antigos também ficaram em evidência. Considerações hispânicas tradicionais de patronagem orientaram em grande parte a nomeação de intendentes. José de Gálvez, o ministro das Índias mais ativo na realização da reforma da intendência, pode ter denunciado a ineficiência e a corrupção dos funcionários nascidos

na América e desejado auxiliares mais fiéis da coroa, mas o que ele de fato fez foi nomear várias pessoas de sobrenome Gálvez para os novos postos e cargos relacionados e, depois de esgotar os parentes, selecionar gente de Málaga, sua cidade natal, e outros sócios nos negócios e protegidos.

Um dos objetivos da reforma da intendência foi a tentativa de melhorar a qualidade da administração local dos índios no campo, até então nas mãos dos *corregidores de índios*. A criação de intendências por si só nada fez para substituir os médiocres administradores rurais. Só havia doze intendências em todo o México, oito no Prata e oito no Peru; o Paraguai inteiro era uma única intendência. Os *corregimientos* de índios, por outro lado, espalhavam-se pelo campo e contavam-se às centenas. A solução aqui foi tentar substituir os corregedores de índios, que eram, em geral, nomeados por vice-reis ou governadores, por *subdelegados* nos mesmos distritos, nomeados pelos intendentes e a estes subordinados. Mas o êxito conseguido no caso dos intendentes não se repetiu com seus subalternos. Os intendentes estavam instalados diretamente em sociedades hispânicas fortes, centralizadas e em crescimento nas províncias, e seu respeitável salário dava-lhes certa independência de ação, enquanto os subdelegados ficavam em comunidades indígenas que, embora tivessem impressionante poder de sobrevivência, enfrentavam uma fase ruim como corporações, e não havia recursos para pagar aos numerosos subdelegados salários realmente compensadores — esses salários engoliriam rapidamente o acréscimo de arrecadação que os intendentes vinham conseguindo. Um importante problema relacionado às subdelegacias era a pouca autoridade que tinham sobre as subcomunidades hispânicas que se haviam infiltrado nas vilas índias e que, em muitos casos, vieram a dominá-las, e pouca receita podiam extrair delas.

Como foi mencionado anteriormente, o principal meio pelo qual se remuneravam os corregedores de índios no período colonial final não era o salário, inferior à paga nominal dos administradores de *haciendas*, mas o *reparto de mercancías*, ou a compra obrigatória de mercadorias do corregedor pelos índios. Na década de 1760 esta prática provocara uma tempestade de críticas e, na verdade, certos ou errados, muitos atribuíram à aversão dos índios a ela a revolta de Tupac Amaru no altiplano peruano no início da década de 1780. O tema gerou enraizada mitologia, mas o que se sabe sobre o verdadeiro funcionamento dos *repartos* é muito pouco. Algumas vezes são descritos como atos de impingir meias de seda e livros em latim a gente pobre que jamais usaria essas coisas. Mas na região de Cuzco, por exemplo, os principais itens de comércio eram, aparentemente, mulas e tecidos fabricados nos *obrajes* do altiplano. Em geral, parece

que o problema não era o fato de que os índios não desejassem essas mercadorias ou que não tivessem meios de pagá-las, mas o fato de que os corregedores cobravam por elas mais do que custariam na economia hispânica principal, e a demanda geral de mercadorias sofria muito em comparação com as que circulavam ali. Embora infeliz, este é o resultado mais ou menos esperado das forças de mercado. Os índios rurais estavam na desconfortável posição de terem entrado no mercado inter-regional mas ainda viverem em sua periferia, representando uma oportunidade muito menos atraente para os mercadores do que as cidades e minas espanholas.

Normalmente eram os mercadores menores que se envolviam com corregedores e *repartos*. Mas acontece que o sistema é mais bem estudado numa das poucas áreas onde a economia indígena rural produzia um artigo de grande valor no comércio exportador do final do século XVIII, e por isso atraiu a participação de alguns grandes mercadores ao lado dos pequenos. A área era a região de Oaxaca, no México (fora dos vales centrais), e o produto, cochonila. Embora o caso seja em certo sentido incomum, talvez possa ilustrar alguns procedimentos gerais e, ao mesmo tempo, enfatizar como as práticas ajustavam-se com exatidão a cada meio específico. Assim, em Oaxaca o corregedor de índios fazia um acordo com um mercador, geralmente da Cidade do México, de forma que o mercador seria responsável pelo pagamento ao tesouro real da arrecadação de impostos que o corregedor devia à coroa; também pagaria as outras dívidas do corregedor e forneceria as mercadorias que iam para os índios — mulas, bois, linhas de crédito em mercadorias em geral. Em troca receberia grande quantidade da cochonila com a qual os índios pagavam suas dívidas (assim como seus tributos). Apesar de a cochonila ser a segunda exportação mais valiosa do México depois da prata, a indústria era de origem indígena e, além do mais, a cultura de cactos e insetos não ocupava as melhores terras, de modo que aqui uma grande indústria exportadora permaneceu em grande parte indígena na base da produção e a aliança corregedor-mercador servia para escoá-la. Como o mercador investia tanto nesses empreendimentos, quase sempre reservava para si o direito de indicar, como principal assessor do corregedor, um sócio minoritário seu, que era o verdadeiro operador do corregimento. O mercador e seu representante podiam também abrir um armazém geral na localidade, que teria praticamente o *status* de monopólio.

Como a eliminação dos *repartos*, na esperança de conseguir um comércio local mais livre e melhores resultados tanto para índios como para espanhóis, fora o principal impulso da criação das subdelegacias, a eliminação da prática

foi parte importante das leis que lhes deram origem. Menos importante foi a menção a alguma outra forma de remuneração que substituísse os *repartos* como principal fonte de renda dos administradores. O direito de reter pequena percentagem do tributo coletado foi a única atitude favorável a um salário para os subdelegados. O fracasso — na verdade, a incapacidade — em proporcionar um salário minimamente adequado teve várias conseqüências, todas contrárias à intenção da reforma. Por um lado, ficou difícil atrair candidatos qualificados, e os mercadores que haviam garantido os administradores demoraram a agir, ficando alguns postos desocupados por certo tempo. Em alguns lugares a atividade comercial rural reduziu-se, porque os mercadores sentiram que o empreendimento não valia a pena sem o pagamento garantido das dívidas e a concessão de monopólio. Mesmo em Oaxaca, onde o livre comércio no campo indígena teria funcionado se fosse mesmo para funcionar, a produção de cochonila caiu na época dos subdelegados (mas admite-se que havia muitos outros fatores que contribuíram para o declínio). Por outro lado, muitos dos envolvidos em todos os níveis convenceram-se rapidamente de que não havia alternativa aos *repartos* caso se desejasse manter algum tipo de administração espanhola entre os índios da área rural. Muitos subdelegados, no Peru e no México, voltaram às práticas da época anterior à reforma, às vezes de modo sub-reptício, às vezes com aprovação tácita de seus superiores. Também entre os políticos de alto nível logo se formou um grupo que apoiava abertamente a volta dos *repartos*; com vice-reis e ministros de seu lado e com leis bastante contraditórias continuando a surgir, os subdelegados ficaram cada vez mais parecidos com seus antecessores, os corregedores de índios. Como eles, eram principalmente crioulos ou peninsulares em busca de ligações locais permanentes. Embora pouco citada, no caso dos subdelegados a tendência já existente de dar cada vez mais atenção aos problemas dos hispânicos das áreas rurais continuou forte.

A CRIAÇÃO DE UM EXÉRCITO

A conquista do século XVI, como vimos muito antes, não foi obra de um exército profissional ou permanente. Depois da conquista surgiram o que chamamos de "soldados", mas ainda lhes faltava uma ligação firme com alguma organização permanente. Em vez disso, eram candidatos a expedições em territórios ainda não conquistados, e o próprio nome "soldado" passou a significar, principalmente na América do Sul, nada além de andarilho ou vagabundo his-

pânico. Durante todo o período colonial maduro, a América espanhola, de modo geral, não teve necessidade de uma organização militar desenvolvida. As áreas centrais eram relativamente pacíficas, a não ser por distúrbios ocasionais e localizados, e, apesar de ricas e atraentes, estavam além do alcance efetivo de outras potências européias. O desenvolvimento militar que veio a ocorrer concentrou-se nas poucas áreas necessitadas e vulneráveis. Uma área que precisou de presença militar foi a fronteira entre a sociedade hispânica e os índios não-sedentários onde, como vimos no capítulo 8, os presídios e a soldadesca paga eram fenômenos padronizados (embora os soldados fossem ainda primos em primeiro grau dos vagabundos marginalizados do período imediatamente posterior à conquista); o norte do México e o sul do Chile são os principais exemplos. Uma segunda exigência foi a defesa marítima, pois, embora os europeus não-espanhóis não pudessem tomar o México e o Peru, podiam saquear a costa e atacar os portos das rotas principais, na esperança de conseguir riquezas em prata. A organização militar mais forte relacionada com as Índias Ocidentais nos séculos XVI e XVII foi a dos comboios marítimos, mas esta dificilmente pertencia à América espanhola propriamente dita. No entanto, incluídas no sistema havia fortificações e guarnições em portos estratégicos, como Veracruz, Havana e Cartagena. Além dos portos e fronteiras havia a guarda dos vice-reis, composta mais de gentis-homens, cortesãos e caçadores de fortuna do que de soldados, e uma milícia que era quase totalmente produto de ficção, a não ser pela função de dar sonoros títulos militares a mercadores ou mineiros que sentiam necessidade deste tipo de promoção social e se dispunham a pagar por ela.

No século XVIII tudo isso começou a mudar, e o ritmo se acelerou, como já seria de esperar, em sua parte final. A ameaça tornou-se maior do que antes e havia mais a defender, já que antigas periferias agora haviam adquirido valor tanto para espanhóis como para estrangeiros. Nem todas as medidas tomadas foram estritamente militares. As novas jurisdições civis criadas nas áreas em florescimento recente, em primeiro lugar o vice-reino da Prata, foram em parte motivadas, como vimos, por considerações defensivas. Em áreas menos estabilizadas, onde o potencial econômico era insuficiente para atrair a população hispânica mas que começava a despertar o interesse de saqueadores estrangeiros, novos fundos e estímulos dirigiram-se para campanhas conjuntas de missões, presídios e modestas bases civis, tudo subsidiado em parte pelo tesouro real das áreas centrais. Um dos locais importantes desta atividade foi o extremo norte do México, ocupado de forma semimilitar como "Províncias Internas". As últimas décadas do século XVIII e o século XIX até a indepen-

dência representaram o grande período das missões na Alta Califórnia, fundadas por franciscanos depois da expulsão dos jesuítas, com um punhado de presídios entre elas e, de início, população hispânica extremamente rarefeita e dispersa.

Em questões estritamente militares (como em algumas outras) a chocante ocupação britânica de Havana em 1762-64 funcionou como catalisador. O governo real dispôs-se a criar uma organização militar verdadeiramente eficaz, no estilo da Europa do final do século XVIII, para todas as principais possessões espanholas na América. Como a Espanha não poderia enviar tropas numerosas, criou-se um núcleo de unidades regulares do exército, de início guarnecidas principalmente por espanhóis peninsulares, além de milícias mais numerosas, mais disciplinadas e bem equipadas do que em épocas anteriores, recrutadas entre população local e treinadas e reforçadas por membros do exército regular. No período colonial final cada um dos dois grandes e antigos vice-reinos tinha um exército permanente da ordem de dois mil a seis mil homens e uma milícia supostamente ativa de vinte mil ou mais, e havia unidades do mesmo tipo, embora menores, em todas as jurisdições da América hispânica.

O número verdadeiro de milicianos variava muito. Apesar da aquisição de armas e uniformes e da obrigação de treinar regularmente, algumas unidades permaneceram teimosamente fictícias, sobretudo abaixo do nível dos oficiais. Pouco antes da independência, a milícia peruana tinha, no papel, mais de setenta mil homens, dos quais alguns oficiais bem informados estimaram que apenas um terço ou menos poderia ser mobilizado. Com exceção do *status* questionável das unidades em qualquer época, a política geral para a milícia passou por uma evolução considerável. Mal o governo Bourbon criou sua nova milícia, começaram a surgir ressalvas. Uma delas foi a quase inutilidade aparente de muitas unidades. Outra foi que dependiam muito dos moradores locais, o que contrariava diretamente a tendência dos Bourbons de reduzir a influência crioula. Os oficiais do exército da Península que vieram para efetuar a reorganização e aqueles que os sucederam eram, com certeza, um dos grupos mais paranóicos, culturalmente limitados e etnocêntricos a chegar ao litoral hispano-americano. Sustentavam a posição paradoxal de que os nascidos no local eram ao mesmo tempo totalmente ineficientes e capazes das revoltas mais perigosas. De qualquer modo, a linha de ação inclinou-se para a redução da ênfase na milícia; um vice-rei do México chegou quase a desmantelá-la. Mas essas medidas nem sempre podiam ser tomadas porque não havia homens e recursos disponíveis para unidades regulares muito grandes. E as próprias unidades regulares, em vez de serem bastiões

peninsulares, passaram, com o decorrer dos anos, da maioria peninsular à presença européia apenas simbólica, exceto no corpo de oficiais.

Nesta época, ao contrário dos séculos anteriores, pode-se falar de uma distinção acentuada e clara entre oficiais e alistados. Os oficiais peninsulares eram quase sempre profissionais de carreira oriundos de famílias espanholas de nível bastante elevado, e os oficiais crioulos vinham de camadas mais ou menos semelhantes, embora nem tantos se dedicassem à carreira militar vitalícia. Em pouco tempo, embora os peninsulares predominassem nos postos superiores, os crioulos chegaram a estar bem representados entre os oficiais das unidades regulares, como minoria em alguns locais e períodos, cerca de metade em outros, e verdadeira maioria em outros ainda. Na milícia, a grande maioria dos oficiais era de crioulos, embora os mercadores peninsulares também mantivessem a tradição de participar. Dependendo das condições locais, a vida militar podia ser mais atraente para as famílias importantes de um lugar e menos para as de outro. Embora o exército não tenha se tornado um caminho de importância comparável à igreja, foi usado pelas grandes famílias e por famílias em busca de ascensão mais ou menos da mesma forma que a igreja ou o Direito.

Os alistados eram outro caso; exceto em algumas unidades de elite, eram gente humilde, que em geral não buscava seguir carreira, mas era obrigada a servir de várias maneiras, até pelo esvaziamento das prisões. Assim, eram bastante propensos a desertar. É de notar que praticamente todos eram membros do mundo espanhol — espanhóis pobres (alguns peninsulares, muitos crioulos), mamelucos, mulatos, membros de todas as castas, mas *nao* índios. Vinham uniformemente das camadas que forneciam à sociedade os supervisores inferiores, os pequenos comerciantes, artesãos e trabalhadores especializados permanentes. Os índios não podiam literalmente prestar serviço militar, nem mesmo na milícia, e este preceito de recrutamento não era um daqueles tantas vezes desrespeitados; na verdade, ele se confirma em todas as listagens de soldados das companhias de qualquer região. Os índios eram excluídos até dos censos militares. É verdade que havia unidades especiais de milícias de índios sedentários nas fronteiras próximas a índios não-sedentários hostis, uma nova forma da função tradicional que existira quase desde o período da conquista. E no Peru, embora os índios também não pudessem ingressar na milícia, numerosas companhias auxiliares de índios, cujo *status* ainda não é bem compreendido, eram formadas em épocas de emergência. Se, em geral, o elemento índio era desprezível, o elemento negro e mulato destacava-se; principalmente nas regiões costeiras, havia companhias inteiras, de pardos, quase sempre com oficiais pardos até o posto

de capitão. O exército, então, era um instrumento da sociedade hispânica, praticamente com os mesmos elementos e forma de funcionamento de outras organizações hispânicas, como as *haciendas*, as minas ou os *obrajes* (com exceção dos trabalhadores índios temporários). As pessoas de cada nível colaboravam com seus superiores imediatos não só por lealdade ao governo imperial ou por algum patriotismo hispano-americano, mas porque obedeciam ao mesmo tipo de gente que normalmente lhes dava instruções e recompensas em suas atividades cotidianas fora das forças armadas — no caso da milícia, quase sempre eram literalmente as mesmas pessoas. Quanto à motivação emocional, havia, no máximo, um sentimento de identificação com a municipalidade natal e seus arredores.

A política dos Bourbons defendia o uso máximo de oficiais de carreira do exército em cargos administrativos, à custa de advogados e religiosos. Já vimos que a maioria dos intendentos eram militares de carreira, como a maioria dos vice-reis do período final. A idéia por trás da política era principalmente que havia maior probabilidade de que os militares e o exército cumprissem as ordens do centro imperial de modo mais rápido e enérgico, e sem questionamento. Mas, seguindo o antigo padrão hispânico, o exército não deixou de tornar-se por si só uma corporação ou conjunto de corporações, competindo com as mais antigas da maneira tradicional e também ligava-se às outras segundo o sistema tradicional de vínculos, familiares ou não. O fato de que esse corporativismo era exatamente contrário a todo o impulso das reformas dos Bourbons não impediu seu surgimento. O governo real teve até de conceder às forças armadas privilégios corporativos do tipo habitual, como o *fuero militar*, pelo qual os militares, inclusive os milicianos, eram excluídos das outras jurisdições e julgados em seus próprios tribunais quando acusados de um crime. Depois de fazer estas concessões, a coroa criou imediatamente novas restrições, principalmente relativas à milícia. Na verdade, o *status* especial não era lá grande coisa, já que esta jurisdição nova e fraca quase sempre perdia para as mais antigas e poderosas em assuntos de importância, e a separação aparente era praticamente eliminada pelo múltiplo entrelaçamento da sociedade e da economia.

Levando-se tudo em conta, o esforço militar parece ter alcançado o efeito desejado de impedir grandes ataques de potências européias estrangeiras, e aquele tentado pelos britânicos contra Buenos Aires pouco antes da independência foi repellido com êxito. No entanto, a defesa era extremamente cara. As despesas militares passaram a ser o maior item do orçamento dos vice-reinos; além e acima dos milhões de pesos gastos com a defesa nas antigas áreas centrais, grandes

subsídios iam também para a periferia. O apetite voraz dos Bourbons pela arrecadação de impostos, que estava na base de muitas das reformas gerais, foi atizado acima de tudo pela necessidade de aumentar as despesas militares para fazer frente à aumentadíssima ameaça estrangeira. Por outro lado, as medidas adotadas eram semelhantes às que estavam em voga em toda a Europa, numa época em que os exércitos profissionais permanentes que viriam a ser característicos dos séculos seguintes começavam a ser criados. A história militar dos Bourbons é um exemplo particularmente adequado da interação entre todos os principais acontecimentos do período colonial final. O início da Revolução Industrial permitiu que as nações do norte da Europa se tornassem potências econômicas e navais extraordinárias, com capacidade e desejo de ameaçar as Índias Ocidentais espanholas; o crescimento interno das Índias aumentou ainda mais esse desejo. A criação pelos Bourbons de um exército de grande porte, embora motivada principalmente pela ameaça estrangeira, foi também parte de seu ímpeto geral de controlar melhor e "descrioulizar" internamente as Índias Ocidentais. Ainda assim, a tendência da população no período colonial final embotou o ímpeto dos Bourbons e pôs uma marca local indelével no exército hispano-americano.

AS REFORMAS ECONÔMICAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

O elemento econômico impregnava o conjunto inter-relacionado das últimas reformas dos Bourbons. Se conseguir maior arrecadação para a defesa era um tema crucial, levar a economia a crescer de modo a produzir maior arrecadação era uma aspiração ainda mais básica do governo. Estimular o crescimento econômico local foi uma das principais instruções dadas aos intendentess e também parte da idéia que estava por trás da criação do próprio cargo de intendente. Já vimos que os Bourbons usaram redução de impostos, mercúrio a preço mais baixo, reorganização do financiamento com maior participação do estado e ajuda técnica na tentativa de incentivar a indústria argentífera, e aparentemente tiveram êxito em alguns destes esforços, fracasso em outros, mas sempre com a meta de aumentar a arrecadação. Assim como no caso da indústria extrativa de prata, em termos mais gerais os Bourbons tentaram uma grande variedade de medidas. Algumas envolviam a intervenção mais efetiva do estado na economia. O monopólio estatal estendeu-se do mercúrio usado na extração de prata para a pólvora, o rum e o processamento do fumo. Este último, em especial, tornou-se

um vasto empreendimento, responsável pela construção de alguns dos prédios mais belos do império para a instalação de fábricas, embora muitos tenham achado que a operação governamental direta retardou o que, de outra forma, teria sido um negócio de exportação ainda mais próspero. Como no caso da mineração, havia um elemento de estímulo à economia na política tributária geral dos Bourbons. O governo envolveu-se mais diretamente na cobrança e, ao mesmo tempo, reduziu e simplificou os impostos, principalmente os alfandegários. Em parte, a intenção era reduzir a motivação dos hispano-americanos para escapar dos impostos através do contrabando, mas havia também a simples esperança de que o volume global crescesse caso a produção e o comércio fossem menos taxados e que a arrecadação subisse apesar da percentagem menor da cobrança. Isso, na verdade, aconteceu nas décadas finais do século XVIII em muitas áreas geográficas e setores da economia das Índias Ocidentais, embora possa-se debater eternamente se a política tributária dos Bourbons teve ou não algo a ver com isso.

O maior item das reformas econômicas dos Bourbons foi justamente o oposto de uma intervenção estatal mais ativa: o desmonte gradual do sistema de comboios de frotas, rotas comerciais fixas e alguns portos determinados em favor do comércio e da navegação mais flexíveis e amplos em todo o império espanhol, tanto na própria Espanha como nas possessões americanas. O sistema original fora bem adaptado à situação do século XVI e de boa parte do XVII, quando as Índias Ocidentais caracterizavam-se pela forte distinção entre poucas áreas centrais ricas, com todos os produtos de interesse para o comércio internacional, e muitas áreas periféricas que não participavam realmente do comércio transatlântico, nem como produtores nem como consumidores, e se voltavam para o centro hispano-americano. Para a defesa, as rotas eram as mais indicadas. A ameaça principal eram agressores e piratas que poderiam apresar navios solitários ou atrasados, mas ficavam indefesos contra grandes frotas ou navios mercantes armados, comboiados por navios de guerra. Apesar do grande desastre contra os holandeses no início do século XVII, as frotas, em sua época, eram em geral suficientes para enfrentar qualquer força que fosse enviada contra elas, e, acima de tudo, eram um fator eficaz de intimidação. A despeito da falta de agilidade, da inevitável irregularidade causada pela dificuldade de organização, da despesa e das emergências em tempo de guerra, no todo parece que as frotas valiam a pena.

Como vimos, estas coisas estavam mudando com o tempo, e no final do século XVIII as condições eram quase diametralmente opostas às do século XVI. Em

primeiro lugar, o crescimento tecnológico, demográfico e econômico do norte da Europa resultara, entre outras coisas, na esmagadora superioridade naval das potências do norte, principalmente da Grã-Bretanha; alguns sérios esforços feitos pela Espanha para melhorar sua marinha durante o século XVII não conseguiram alterar esse fato básico. Os piratas e corsários estavam perdendo importância, e a marinha britânica poderia facilmente derrotar a mais formidável das frotas que a Espanha do século XVIII tivesse condições de reunir. No jogo da defesa, navios fretados individualmente eram um lance melhor do que uma frota inteira sempre que fossem iminentes hostilidades com a Grã-Bretanha ou a França e, na verdade, uma série de conflitos multinacionais que afetavam a Espanha estendeu-se da época da chegada dos Bourbons ao trono até a independência da América espanhola. Em segundo lugar, o destino das pessoas e das mercadorias que iam para as Índias Ocidentais não era mais exclusivamente a Cidade do México ou Lima; agora novas periferias, como a Venezuela e a região do Prata, começavam a aflorar e também surgiam áreas de transição, como Guatemala e Nova Granada. Em terceiro lugar, por volta de 1700 os maiores navios mercantes podiam contornar o Cabo Horn com bastante segurança e eram suficientemente grandes para levar carregamentos substanciais além de suprimentos para a tripulação.

Como consequência, o sistema de frotas entrou em colapso. Em termos gerais, durante o século não houve frotas em tempos de guerra ou de ameaça de guerra. Seu lugar foi tomado por navios espanhóis fretados individualmente ou mesmo navios de nações amigas ou neutras. Depois de um primeiro período de guerra, durante o qual não houve viagens, as frotas foram parcialmente restabelecidas na época posterior a 1715, mas nova interrupção ocorreu em 1740. Depois disso, a frota para o Panamá, com mercadorias para o Peru, nunca mais foi restabelecida; em meados do século o Panamá estava em profunda depressão, que avançaria bastante pelo período nacional, e perdeu a Audiência sediada ali. A frota do México ressurgiu na década de 1750, mas sem regularidade. A criação do vice-reino da Prata não deu origem a nova frota naquela direção nem o tráfego em torno do Cabo Horn foi organizado em frotas. Finalmente, em 1789 o governo abandonou até mesmo as frotas para o México.

De mãos dadas com as últimas fases do abandono do sistema de frotas veio a mais famosa das últimas reformas econômicas dos Bourbons, o *comercio libre*, o livre comércio dentro do império. Embora estrangeiros não fossem incluídos, navios espanhóis tinham permissão para ir de qualquer porto espanhol ou hispano-americano a outro sem necessidade de licença especial. Assim como no

caso do sistema de frotas, a mudança ocorreu aos poucos. Durante o período colonial maduro, Sevilha, único porto espanhol pelo qual passava todo o comércio das Índias Ocidentais, desviou boa parte de sua atividade para o porto próximo de Cádiz, já que este ficava mais perto do litoral, um fator que ficou ainda mais importante porque os navios maiores não conseguiam subir o rio Guadalquivir até a própria Sevilha. No início do século XVIII Cádiz tinha a primazia, mas esta mudança foi de pouca monta; uma única comunidade mercantil Sevilha-Cádiz ainda cuidava de todo o comércio com a América espanhola. Nas Índias Ocidentais, apenas Veracruz e Portobello (Panamá), com portos secundários no Caribe, como Havana e Cartagena, eram destinos totalmente permitidos para os navios do comércio transatlântico. Com a criação da Companhia de Caracas, o comércio da Venezuela tornou-se mais aceito e regular, e o mesmo foi acontecendo aos poucos com o comércio de Buenos Aires, mesmo antes da criação do vice-reino.

A extensão do comércio e da navegação na primeira metade do século XVIII foi uma concessão específica a determinadas condições locais. A verdadeira adoção do livre comércio começou, como tantas outras reformas, em Cuba, logo depois da ocupação inglesa. Como a região já havia sido perdida uma vez e parecia não ter valor especial, talvez a coroa tenha sentido que não havia mais nada a perder ali. Em 1765, foi aberto o comércio entre Cuba (juntamente com alguns outros portos de ilhas do Caribe espanhol) e a Espanha; do lado espanhol, não apenas Cádiz, mas oito novos portos podiam participar. O volume do comércio de Cuba aumentou imensamente, e a experiência pareceu bem-sucedida. Nos anos seguintes o mesmo sistema foi autorizado em alguns portos americanos periféricos; em 1778, o comércio livre foi estendido para treze portos na Espanha e vinte e dois nas Índias Ocidentais. Só a Venezuela e o México ficaram de fora, no caso da primeira, aparentemente por causa dos vestígios da Companhia de Caracas, e no caso do último, porque o comércio da Nova Espanha era de longe o mais valioso de todas as regiões e não podia ser tratado com leviandade. Mas também no caso da Nova Espanha outros portos espanhóis além de Cádiz passaram aos poucos a receber carregamentos, e em 1789 o comércio livre tornou-se uniforme em todas as possessões hispano-americanas.

O livre comércio, como reforma administrativa, recebeu freqüentemente todo o crédito pelo grande crescimento geral da América espanhola no período colonial final. Mas o que o "livre comércio" poderia ter conseguido em 1650, 1700 ou 1730? Foi a força aglutinante das mudanças na tecnologia e nos mercados europeus a partir da década de 1750 e o crescimento interno cumulativo

simultâneo das Índias Ocidentais que tornaram viável o livre comércio e determinaram sua cronologia. A medida com certeza foi oportuna e fazia sentido em ambos os lados do Atlântico, dando livre oportunidade não só às antigas áreas periféricas das Índias mas também ao leste e ao norte da Espanha, que agora lideravam a economia espanhola. No período entre 1778 e 1796, quando importantes novas guerras interromperam o comércio colonial, o valor das exportações da Espanha para as Índias Ocidentais quadruplicou. Além disso, a parte da Espanha no comércio pareceu crescer; pelos números oficiais, as exportações de origem espanhola aumentaram de menos de 40% em 1778 para mais de 60% em 1794. No entanto, mesmo com o livre comércio Cádiz não decaiu e manteve 76% do total de exportações no período 1778-96. Pode-se perguntar se o aumento do volume e o crescimento da exportação do nordeste da Espanha não teriam sido os mesmos se Cádiz não perdesse sua condição de porto exclusivo.

Quanto aos efeitos sobre a sociedade e a economia das Índias Ocidentais, diz-se que, com mais mercadorias disponíveis, os preços caíram. O livre comércio pode ter reduzido o contrabando de estrangeiros em tempo de paz, embora com certeza não o tenha eliminado. De qualquer modo, o comércio na antiga periferia hispano-americana e em algumas das províncias do antigo centro não só floresceu como ganhou maior independência das capitais anteriormente dominantes de Cidade do México e Lima. Entre os anos 1793 e 1795 novos Consulados foram sancionados e organizados em várias cidades além daquelas duas, como Caracas, Cidade de Guatemala, Buenos Aires, Havana, Cartagena, Santiago do Chile e até em duas vilas do próprio México, Veracruz e Guadalajara. E esses acontecimentos não foram puramente institucionais; cada criação representou uma comunidade mercantil independente recém-amadurecida e separada da Cidade do México e de Lima. No México, os *almaceneros* ("donos de armazéns"), grandes mercadores atacadistas da capital, não podiam mais comprar a totalidade dos bens importados, já que o volume crescera tanto; em vez de serem os únicos distribuidores para os mercadores das províncias, tiveram de ficar vendo mercadores de Veracruz e outros importando diretamente da Espanha e fazendo a distribuição para o resto do país. Mas o que os mercadores dos novos Consulados da América espanhola ganharam em independência dos antigos perderam quase sempre na maior dependência da Espanha. Os exportadores espanhóis agora forneciam mercadorias a crédito. No caso de Buenos Aires e Veracruz, alguns mercadores ali estabelecidos estavam muito endividados com seus colegas da Espanha, e outros eram na verdade seus agentes e sócios

minoritários. Assim, algo da velha estrutura das companhias transatlânticas sediadas na metrópole, tão característica do século XVI, renasceu de forma diferente no fim do período colonial.

No entanto, não devemos pensar que as comunidades mercantis da Cidade do México e de Lima tenham desaparecido sob o massacre. Os *almaceneros* da Cidade do México continuaram a dominar o comércio da capital, de longe o principal mercado do país, e ainda mantinham sócios minoritários e empresas dependentes em todas as regiões do país, além de continuar com o seu padrão de investimento diversificado em agricultura e mineração. E mesmo os mercadores de Lima sobreviveram bastante bem, apesar de suas queixas de terem sido totalmente arruinados pela criação do vice-reino do Prata. As exportações espanholas para o Peru no final do século XVIII eram regularmente muito maiores do que para a região do Prata. Assim, apesar da estrutura sofisticada criada para escoar a prata do Alto Peru e levar para lá as mercadorias através de Buenos Aires, e a despeito das vantagens aparentes daquela rota em termos das condições do século XVIII, os mercadores de Lima continuaram de alguma forma a ser fornecedores e financiadores importantes da indústria mineira do Alto Peru, e devem assim ter amealhado boa parte da prata, além de se beneficiarem das minas recém-abertas no próprio Peru. Embora os centros comerciais já estabelecidos tenham perdido sua exclusividade, parecem ter conservado certo domínio e a redução ocorrida parece ter sido mais em termos percentuais do que em valor absoluto.

Quase a mesma coisa ocorreu em relação ao efeito sobre as manufaturas locais. Mais uma vez, as queixas públicas e altissonantes dos produtores locais pintaram um quadro de ruína dos *obrajes* e oficinas artesanais, incapazes de sobreviver num mercado inundado de mercadorias européias baratas e de alta qualidade. Certamente é verdade que a estrutura da situação mudou com desvantagem para a produção local, já que tanto o norte da Europa quanto a própria Espanha produziam agora em massa e enviavam às Índias Ocidentais mercadorias, principalmente tecidos, que não eram, de forma alguma, artigos de luxo, e competiam pela faixa inferior do mercado hispânico local, domínio tradicional dos produtores americanos. A verdadeira competição entre produtores metropolitanos e coloniais surgiu pela primeira vez, e foi também nesta época que o governo metropolitano começou a exhibir o mercantilismo clássico, aprovando impostos e regulamentos destinados a desestimular as manufaturas das Índias Ocidentais que pudessem reduzir o mercado de artigos fabricados na Espanha. Mas, como sempre, sua aplicação e cumprimento foram irregulares e,

embora houvesse fatores novos que prejudicavam os nascidos na colônia, havia também fatores novos que os beneficiavam. O crescimento absoluto da população hispano-americana estava a seu favor, principalmente a natureza desse crescimento, que pendia acentuadamente para os hispânicos pobres e racialmente mestiços — principais consumidores tradicionais dos produtos das empresas espanholas locais. As interrupções constantes do comércio transatlântico causadas pela guerra mais uma vez favoreceram os naturais da colônia. Se observarmos os *obrajes de* tecidos de algodão de Puebla, uma das indústrias locais mais importantes das Índias Ocidentais espanholas, descobriremos que, do início modesto no final do século XVII, cresceram para mais de 1.100 teares em 1793 e quase 1.200 em 1804. De 1785 a 1805 o volume de tecidos de Puebla enviados à Cidade do México cresceu em termos gerais, e quase igualou o volume total de tecidos europeus que chegaram à capital mexicana na mesma época. Os efeitos devem ter variado segundo as condições locais. Se o mercado ficava no litoral e os produtores locais no interior, como em Buenos Aires e na região de Córdoba-Tucumán, sem dúvida os naturais do local poderiam sofrer bastante.

Os acadêmicos especulam com freqüência sobre o sucesso ou o fracasso das reformas dos Bourbons. Como a independência veio tão depressa em seus calcanhares, é legítimo vê-las, em certo sentido, como um retumbante fracasso. Elas ocorreram numa época de grande crescimento econômico e aumento da arrecadação, mas há muitas outras explicações mais básicas para esse resultado além das reformas. Sucesso ou fracasso, as reformas dos Bourbons foram em grande parte uma reação, parte da situação em vez de sua causa primária. Elas reconheceram mudanças importantes que haviam ocorrido tanto na Europa quanto na América, nas técnicas, nos mercados e na população, e funcionaram como uma transição para o reconhecimento ainda mais completo desses fatores, o que viria a ocorrer com o início do período nacional.